

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Ata de Audiência Pública

Exigida pelo art. 9º, § 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal),  
com a demonstração e avaliação, pelo Poder Executivo, do  
cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2022

28 de fevereiro de 2023 na Câmara Municipal

**APRESENTADOR** – Secretário Geral Thiago Araújo Chaves de  
Abreu

**EXPOSITORES** – Francisco José Rocha  
Secretário Municipal de Finanças  
Edler Antônio da Silva  
Presidente da Guarujá Previdência

**Sumário**

Ata Audiência Pública .....	03
Anexos .....	45
Avaliação do cumprimento das Metas Prestação conf. Art. 9º, § 4º LC 101/2000 3º Quadrimestre 2022 .....	46
Avaliação do cumprimento das Metas Prestação conf. Art. 9º, § 4º LC 101/2000 – Guarujá Previdência 3º Quadrimestre 2022 .....	68

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Ata de Audiência Pública

Exigida pelo art. 9º, § 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal),  
com a demonstração e avaliação, pelo Poder Executivo, do  
cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2022

28 de fevereiro de 2023 na Câmara Municipal

**APRESENTADOR** – Secretário Geral Thiago Araújo Chaves de  
Abreu

**EXPOSITORES** – Francisco José Rocha  
Secretário Municipal de Finanças  
Edler Antônio da Silva  
Presidente da Guarujá Previdência

Audiência Pública realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Guarujá, Avenida Leomil nº 291, prédio “Prefeito Maurici Mariano”, sede do Poder Legislativo.

### **SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAUJO CHAVES DE ABREU**: Bom dia, senhoras e senhores. São exatamente 10 horas e 24 minutos do dia 27 de fevereiro de 2023, e vamos dar início a audiência pública da Secretaria de Finanças e Orçamento do município de Guarujá. Gostaria de referendar que estamos cumprindo nos termos da lei de responsabilidade fiscal a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do ano de 2022. Gostaria de registrar a presença do nobre vereador Wagner Venuto, o nosso vereador Waguinho fé em Deus, gostaria de registrar a presença do senhor secretário, Francisco José Rocha, secretário municipal de Finanças e toda sua equipe municipal de Finanças, gostaria também de referendar a presença do representante da Guarujá previdência, Seu Welser Antônio, meu amigo, diretor-presidente da Guarujá previdências, da previdência, né? Destaco a presença também dos assessores aqui do vereador Aparecido Davi, e os demais assessores. Gostaria de agradecer a TV Câmara, a Rádio Câmara também pela presença, e toda assessoria de imprensa. É importante também deixar claro que as perguntas serão feitas após apresentação pela Secretaria Municipal de Finanças. Aproveitando o ensejo, gostaria de registrar a presença do meu amigo Dr. Igor também, representando o vereador Professor Anderson Figueiras, obrigado Doutor. Seu secretário, nesse momento eu passo a palavra para apresentação da vossa equipe. Muito obrigado.

### **SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA**: Avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre, tá certo? De acordo com o artigo 9 Parágrafo 4º da lei complementar 101, é um dever do

município prestar conta das atividades e essas audiências, elas são marcadas, quadrimestralmente, muito embora tenhamos a obrigação e o dever, né? Tá sempre publicando os balancetes mensais. Receita, receita total do 3º quadrimestre de 2021 atingiu o montante de 1 bilhão 788 milhões de reais, contra receita do 3º quadrimestre de 2022 que atingiu o montante total de 1 bilhão 913 milhões de reais. Vou só deixar os trabalhar em milhares que é melhor, tá? Então, uma avaliação positiva de 125 milhões 207 mil, representando uma variação na ordem de 7% como segue. Receita arrecadada em 2021 até 12, 1788376488,89. Receita arrecadada até 12 de 2022, 1913584416,95, em crédito de 12521792806 representando 7%. Quadros comparativos, só que a gente tá pegando os grandes grupos de receitas, receitas correntes do primeiro, do quadrimestre anterior, representa 1736088529,85, contra 192188012592, representa 10.7%. Receita tributária 9873329623, contra 1071402935, representando 8,51%. Receita de contribuições 1988163529, contra 21776744333, representando 9,49%, a patrimonial são as aplicações e mais alguma coisa que a prefeitura vende, deu 7813471,19, contra 2887752623, representando 269,59. Receita e serviços 35916114, contra 511903,40, 42,53%. Transferências correntes aqui a gente tem que destacar a questão do ICMS né? Que é a mais importante, 676245519, contra 762317399,71, 12,73%. Outras receitas correntes 44456, contra 37002, menos 16% essa pequena variação, mas para nós o que interessa é o crescimento total, né? Receita de Capital, operação de crédito, operação de crédito são recursos que a prefeitura pede emprestado, né? Que notadamente o FINISA, em 2021 deu 79 milhões 875, contra 32429, - 59%. Alienação de bens, algumas coisas que a prefeitura vende, alguns bens inservíveis, 132250, contra 209400, transferência de capital 3740735387, outras receitas capital 1676, contra 1412, menos 15,76%. Dedução da receita 66804, contra 77735, totalizando 1788376, contra 1913584, 7% seria o quadro anterior. Aí vamos para as receitas tributárias,

aquela que a prefeitura trabalha, que a gente tem o poder de ação, as transferências correntes não, mas a gente sempre tem interferência nas transações correntes, notadamente referente ao ICMS, ao repasse do FUNDEB, porque a prefeitura fazendo sua, o acompanhamento dos seus alunos, dos seus alunos há um acréscimo no FUNDEB, e a mesma coisa do SUS, né? IPTU, nós tivemos uma receita 526650 em 2021, contra 54595194 um acréscimo de 2.91. ITBI, 98148/2021, contra 76288. Muito embora as pessoas vão pensar, po aqui caiu 22%, sim, houve um boom de venda de imóveis na, principalmente na época da pandemia, né? E quando chegou em 2022 deu uma arrefecida, é normal essa variação. ISS, nós tivemos uma receita de 211245 em 2021, contra 268912,27. Aqui existe também um trabalho da fiscalização da Secretaria de Finanças, nós montamos uma equipe dentro do porto, e as equipes também além do porto dentro das principais atividades econômicas do Município, fazendo que a gente tenha uma fiscalização mais efetiva. Não tivemos nenhum acréscimo de 27.3%. Imposto de renda 78396, contra 396775, um acréscimo de 23%. As taxas 7244387184, 20%. Condição de melhoria é um tributo que já vem algum tempo já foi extinto, né? Mas existem alguns lançamentos da prefeitura, tivemos uma receita de 448 em 2021, contra 290 mil em 2022, um decréscimo de -35%. Como eu disse o valor total de 2021 987 milhões 332 mil, contra 1 bilhão 71402, representando um incremento de 8.51%. Comparação do ano anterior, 2021, tivemos já detalhamos lá no quadro anterior, 987332623,27. 2022 terceiro quadrimestre 1 bilhão e 71402935,43. O valor arrecadado das receitas tributárias até o 3º quadrimestre, representou um aumento de 8.52%. Aí nós vamos parar um detalhamento maior das receitas, a gente vai falar aqui dos impostos. Receita tributária, 984156308, contra 1068164, 8.54%. Dos impostos, vamos falar do IPTU, 523718, contra 538826. Nós vamos falar do ITBI 2021, 9810, contra 76752. Nós já falamos lá atrás porque esse decréscimo. ISS, 211066, contra 268866. Aí basicamente a gente tem aí o nosso trabalho na

receita e também o crescimento econômico, o porto realmente, o porto representa 60% da receita de acesso do município. Imposto de renda, 7839696775. As pessoas podem falar, por que a prefeitura arrecada Imposto de Renda? É o artigo da Constituição, do Imposto de Renda gerada dentro do próprio município, pertence às receitas municipais, notadamente aqui são receitas imposto de renda do funcionalismo público em um modo geral. Deixa eu ver aqui, receita de contribuições de Imposto de Renda. Receita de contribuições de imposto de renda 82082, contra 83287. A patrimonial, 19900389, contra 162315. Transferências correntes, aqui vamos dar um destaque para os ICMS, né? 676245, contra 762317. Aí nós temos aí o FPM, que é o fundo de participação dos Municípios, onde é o imposto de renda e o ipi, né? Cada vez que você tem aumento da receita o Município tem essa participação. Nós tivemos na conta de FPM 95 milhões 299 mil, contra 119821. ICMS, 188309, contra 211780. Aí temos IPVA também com receita importante, a gente tá fazendo aí uma campanha para que os munícipes transfiram seu veículo para a cidade, que nós recebemos 50% do valor do IPVA, muitas pessoas acham que é um dinheiro do estado, é realmente é do estado, é um tributo Estadual, mas nós temos 50%, cada veículo que vem aqui no município do Guarujá, com placa de outra cidade a pessoa reside aqui ele paga imposto para outra cidade. Então seria importante também que as pessoas tenham consciência de transferir seus veículos para nossa cidade, já estamos com essa atividade, já algum tempo, tem até uma lei municipal incentivando as pessoas transferirem os seus veículos para cá, e de maneira que eles têm aí uma redução, não uma redução, seria um benefício fiscal referente essa transferência de licenciamento para cidade. Então 188, contra 211. Aí nós temos, eu falei do ICMS, Ipva melhor dizendo, 39402, contra 48025. Aí nós temos o FUNDEB, né? O FUNDEB também é um, é um recurso do município importante, certo? Aqui é por número de alunos, mas nós contribuimos para o FUNDEB também, fica bem claro, né? Se eu não me engano foi 88 milhões

o ano passado, recebemos 190 milhões 847 mil, contra 214118. Aí nós temos outras transferências correntes 160944, contra 167245. E aí das deduções, vamos falar aqui da Previdência, 73777, contra 61508. E o FUNDEB, como a gente falou lá atrás, a prefeitura contribuiu com 63 milhões no quadrimestre anterior, contra 74479, no outro quadrimestre. Como é que é calculado isso? Cada vez que vem uma cota do ICMS para FPM, desconta 20%, e o município contribui 5%, tá? Então é basicamente o ICMS, do IPTU é 25%. Total da receita e corrente líquida 1669, contra 1839, representam 10.21. Receita corrente líquida ajustada 16697274, contra 1838476 representando 10.14%. Despesas da prefeita, orçamento anual fixado, tá? 1550081. Orçamento atualizado, 171172, despesa empenhada 161646875. Líquida 163568. Paga, 1547. Pessoal e encargos 695534 fixados, orçamento atualizado 694131, a empenhada 688247, liquidada 6428246, paga 687684. Juros da dívida, 23365 fixado, orçado atualizado 38230, empenhada 30230, liquidada 38230 e pagou 38230. Na realidade a despesa com juros subiu um pouco por conta dos empréstimos que a prefeitura fez, e obviamente, contratualmente você tem que pagar a amortização e o juros. Outras despesas correntes, aqui notadamente são as despesas de serviços 831182, no orçamento atualizado 978711, empenhada 920397, liquidada 877, paga 821. Despesa de Capital, 222837, orçamento atualizado 316018, despesa empenhada 98225, liquidada 90192, paga 76443. Dentro dos investimentos nós tivemos um orçamento atualizado 282681, com uma despesa empenhada de 64888 e despesa liquidada de 56, é uma despesa paga de 43106. A amortização da dívida 29 milhões 215 mil, foi fixado, atualizado o orçamento com as suplementações, 33336715, empenhada 3336715, paga 3336715. E aí nós temos a despesa intra-orçamentária que notadamente é para previdência, fixada 78562, orçamento atualizada 74567, empenhada 73708, paga, liquidada melhor dizendo 73708 e paga 61397. Totalizando, 1853 do orçamento fixado, orçamento atualizado 2 bi 101658, empenhada 1818808,

liquidada 1767468, e a despesa paga 1684915. Vamos para o segundo quadro agora, que é o grupo de despesa empenhado no quadrimestre. Despesas correntes, capital e despesa intra-orçamentária. Dentro das despesas correntes no quadro A nós o orçamento atualização foi de 1 bilhão 711, empenhada 1646, ou seja, nós empenhamos 96.25%. Despesas de Capital 316018, empenhamos 98225, um total de 31.08%. A intra-orçamentária 74757, empenhada 76708, 98.85%. Total 21012658, contra 1818808, empenhamos 86,54%. Dentro do mesmo quadro, temos aí orçamento atualizado e despesa liquidada, dentro do orçamento atualizado 1711072 de despesas correntes, liquidado 1603567, nós liquidamos 93.72%. Despesas de Capital 316018, do orçamento atualizado, despesa liquidada 90192, 28.54%. Despesa intra-orçamentária 74567, liquidado 73708, um percentual de 98.85%. Orçamento de 201658, uma despesa liquidada 176467, representando 84.10%. Comparativo do ano anterior do 3º quadrimestre, despesa empenhada 1719865, 2021, contra 2022, 1818808, um pelo outro deu um acréscimo de 5.75%. Liquidada 1632300254, contra 1767468746828, despesa paga 1559766, despesa paga no mesmo período de 2022, 1684915, representando 9%, 9.802%, melhor dizendo. Despesa com pessoal aqui é uma despesa alta da prefeitura, muito embora, a gente fique com percentual abaixo do limite prudencial, a gente vai ver lá embaixo, mas nós temos muitos serviços terceirizados, o tribunal de contas já tá pedindo para colocar esse serviço terceirizado, notadamente as organizações sociais como outras despesas pessoal, então a tendência é esse limite chegar a 54%. Então, despesas total com pessoal nos últimos 12 meses, encerrados em dezembro de 2022, totalizou 763 milhões 631 mil 547 reais e 77 centavos. Receita corrente líquida apurada no mesmo período atingiu um montante de 1838476012. A despesa pessoal em relação à receita corrente líquida, pelo comprometimento de 41.53%, e o limite prudencial de 54%. Ao final do 3º quadrimestre o comprometimento foi de 39.36%. Não é, como disse anteriormente, é um valor

significativamente, porque nós temos muitos serviços terceirizados, né? Nós temos duas OSs que tomam conta da saúde e outros serviços também com creches na educação, quando a gente colocar esses valores juntamente com as despesas de pessoal, a tendência é chegar próximo a 54%. Análise comparativa da receitas e despesas, receita arrecadada 1913588476, despesa empenhada 1808, 1818808976, despesa liquidada 1767468746, despesa paga 1684915718. Resultado primário, no encerramento do 3º quadrimestre esse resultado primário foi de 91 milhões 939462, como segue abaixo. Receita primária 1917354, menos as despesas primárias líquidas 1825. Portanto nós temos um resultado de 9193946247. Aí explicando, seria os resultados. A receita primária corresponde ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito e as provenientes de rendimentos aplicações financeiras. Então descontaria nas receitas primárias essas duas transferências, seria as receitas de operação de crédito e aplicação financeira. E as despesas primárias são a mesma coisa, corresponde ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, e com aquisição de capital integralizado, as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido. Resultado primário é 1, é 3 igual 1 menos 2. Indique que os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com arrecadação, ou seja, são capazes de suportar as despesas primárias, no nosso caso tivemos um resultado positivo de 91 milhões. Receitas correntes, resultados 17238720, contra 1880345539. Receitas primárias de capital 39216, contra 37009, no quadrimestre anterior deu 1763038, contra 1917354, despesas primárias correntes 1419, 1491405, contra 1724. Despesas primárias de capital 165760, contra 100526. Despesa primária líquida e a somatória do 4 mais o 5, 1657210, contra 1825415. 2021 tivemos um resultado primário de 105878, contra o ano passado 91936. A dívida consolidada da prefeitura, de 2021, no mesmo período, teve 977 milhões 440 mil, contra 937947. Um ativo dispõe 225741, contra 251614. Haveres

financeiros, saltos de caixa, nós temos 9213, contra 10842, o resto a pagar processados e 108.985 contra 88.356 disponíveis, valores de dispositivos restituíveis em valores vinculados, nós tivemos 45 milhões em 2012 em 2022 contra zero em 2021. As deduções 125 milhões 969.981 contra 128.814, uma dívida consolidada líquida 851 milhões em 31/12/2021 contra 809 milhões 31/12/2022. A gente percebeu que a gente teve uma diminuição da nossa, da nossa dívida pública né, resultado nominal abaixo da linha 42.337 de 2021, variação do saldo regime próprio previdência 20.628, passivos reconhecidos com a dívida consolidada 129.463, resultado nominal ajustado de 151.171.809 e 90. E aí nós temos a composição da dívida, 31/12/2021 14 milhões 988 mil 091 e 41 com o Banco do Brasil, contra 14.402.639 em 2022 com a mesma instituições. Financiamentos, nós tínhamos um financia, nós tínhamos um valor de financiamento de 188 milhões 679 mil em 2021 contra 196 milhões 461 mil em 2022. Precatórios, é uma despesa altíssima muito embora tivéssemos aí um valor significativamente pago o ano passado, mas o (inint 32:06) pouco em relação ao que foi feito né. Nós tivemos um pagamento, uma dívida com precatório de 637 milhões 772 mil, contra 592 mil 245 em 2022. Muito embora tivéssemos feito um pagamento, um aporte superior a 80 milhões de reais você vê que a gente deduziu pouco em relação ao ano passado né, porque tá sempre entrando outros créditos de precatórios. Previdência Social, tivemos um valor de 132 milhões em 2021 contra 129 em 2022. Outras dívidas 3 milhões e 900, contra 5 e 300 o total de 977.440, contra uma mesma, no mesmo período um total de 937.947 milhões, ou seja, nós diminuimos aí quase 40 milhões de reais. A dívida consolidada de 977 contra 937. Ativo disponível 255.741 contra 251.614; Haveres financeiros 9.213 contra 10.842; Restos a pagar processados 108.985.407 menos 88.356.592; Depósitos restituíveis e valores vinculados, nada em 2021 contra menos 45 milhões 285. Deduções total 125.969 contra 128.814. A dívida consolidada líquida 851 milhões 470 mil contra 809 milhões 132

mil. Receita corrente líquida 1.669.247 1.838.476. A dívida consolidada representava em 2021 58,55% referente a receita líquida e o ano passado ela caiu pra 51,02%. Dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida 51.01 conta 44.01. Limite definido pela Lei - Senado Federal 120%, daria 203 contra 2206, total 1802 contra 1935, tá ok? Então essas são os números da prefeitura, a gente diria que, é muito embora o ano passado estivesse um pouco difícil notadamente por conta dos precatórios né, a gente teve um sequestro de receitas enfim, mas a gente ainda conseguiu diminuir um pouco a dívida pública com relação a 2021. Ok muito obrigado, estamos aberto a alguma pergunta se por acaso surja.

### **SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAUJO CHAVES DE ABREU**: Muito obrigado Secretário pela apresentação. Gostaria de registrar duas presenças aqui, primeiro do meu amigo doutor Anderson, presente e do Antônio Fidalgo Salgado Neto, vereador Toninho. Ao qual eu convido se quiser comprar mesa, fica à vontade tá vendo agora eu abro para as plantas. Alguém quer fazer alguma pergunta se manifestar? A vontade vereador Waguinho tranquilo Vereador Toninho a qual eu convido se quiser compor a Mesa, fique a vontade tá vereador. Agora eu abro para as perguntas. Quer fazer alguma pergunta, se manifestar, fique a vontade. Vereador Waguinho? Vereador Toninho? Com a palavra

### **VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO**: Obrigado. Bom dia a todos, bom dia Secretário, bom dia técnicos, que estão aqui também acompanhando, os técnicos da Secretaria de Finanças, Previdência, vereador Waguinho. Bom, é só uma dúvida Secretário, se o senhor poderia me esclarecer até porque é uma parte muito técnica né, então a gente tem que procurar as informações. E quando o senhor fala em estar quase atingindo os 54% do limite né de despesas, eu até anotei aqui, e aí o senhor comenta que não está incluído aí as O.S e as despesas com

conveniadas, no caso da educação seria, seriam as creches, enfim, outras ou outros convênios. O que que pode se fazer aí, o senhor tá quase chegando nesse limite? Por que é uma preocupação né, o que que poderia fazer? E dentro dessa, dessa, dessa dúvida né, não seria nem uma pergunta uma dúvida. Quando a gente fala em terceirização a gente fica preocupado até em relação à previdência, porque essas pessoas, esses funcionários eles não recolhem né pro pra previdência, então eu gostaria de saber se tem alguma, algum sinal de alerta, qual a orientação de vocês né para com o Executivo, com o governo pra frear um pouquinho, seria essas questões aí de contratações de terceirizadas.

### **SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Quando a gente fala, vamo lembrar a Lei 101 do ano 2000 quando ela surgiu né, naquela época se falava muito em Emenda (inint 31:40), enfim os municípios nessa época tinham um nível de comprometimento com a receita muito alta em relação pessoal então vieram essas Leis pra você derrubar esse percentual. Aí quando veio a Lei 101 notadamente ela dizia o seguinte: Se o limite é de 54% da sua receita corrente líquida, e ali ele proibiu qualquer forma de contratação, que substituísse mão de obra. Então o Tribunal de Contas pegou pesado no serviço público, quem tá no serviço público desde essa época lembra, aí o Tribunal começou a flexibilizar, ou seja, olha, se você contrata uma entidade ela não faz, mesmo sendo pessoal ele não faz parte dos 54%, e aí nós, poder executivo, nós começamos a fazer essas terceirizações. Ano passado para cá, há dois anos já, o Tribunal de Contas já já mudou a visão “*opa, calma aí, não é bem por aí*”. Substituir mão de obra você tem que classificar como outras receitas de pessoal, outras despesa pessoal pra atingir os limites de 54%. E aí as entidades municipais estão discutindo sobre isso né, exemplo eles falam o seguinte “*Olha, eu tô eu não tô contratando mão de obra eu tô contratando um serviço*”, notadamente na área da saúde, “*estou contratando serviço de saúde*”, mas o Tribunal tá

muito reticente. Então nós estamos muito preocupados porque se a gente for somar essas despesas ele vai chegar perto de 54% né. Claro que aí também você diminui, você fazendo essa terceirização você diminui os repasses pra presidência por que tem aí um toda uma questão jurídica que ela tem que ser discutida, mas ao mesmo tempo a prefeitura é que é responsável quando uma O.S dessa não paga as suas, as suas obrigações trabalhistas, nós somos solidários e a gente tem recebido alguns valores significativos nesse sentido, eu tenho a minha posição pessoal tá. Se o município não conseguiu fazer um serviço terceirizado com o menor custo com O.S alguma coisa tá errada. Eu sempre digo o seguinte, a O.S ela pode ser até um pouco mais eficiente, mas com certeza a O.S ganha alguma coisa, e o serviço público, nós, os nossos encargos são relativamente baixos. Você paga aí o instituto de previdência e você conta porque você tem uns benesses do estatuto mas você pode, poderia fazer uma reforma administrativa substituindo essas benesses com salários, mas aí uma questão tem que ser feito, mas de qualquer maneira é uma preocupação sim, né, a gente tem um problema hoje com a Previdência a gente tá fazendo um novo estudo autorial, fazendo uma reforma administrativa a gente já tá contratando uma empresa pra fazer isso pra que a gente enxergue lá na frente como é que vai ficar a questão dos servidores a partir do momento que você contrata um funcionário, você poder público, poder executivo, você é responsável pela vida desse cara até ele aposentar e os seus parentes né, não sei qual é o nível aí do (inint 41:00), quem é especialista aí nessa área pode falar. Então é a responsabilidade do, então a gente tem que tomar muito cuidado com esse tipo de contratação, sim de O.S, e também tomar muito cuidado com serviços que você contrata diretamente. Acho que tem que ter um equilíbrio muito forte né, porque a partir do momento que você colocou o cidadão aqui dentro, você recolhendo os encargos você é obrigado a pagar sua aposentadoria até que ele viva de acordo com a legislação. Mas é uma preocupação sim, por isso que a

prefeitura tá fazendo esse estudo, vai começar agora talvez em março pra que a gente tenha aí um plano de uma reforma administrativa, uma reforma previdenciária enfim, e vê o que nós não, prestar atenção né no que vai acontecer nos próximos 10, 15, 20 anos em termos do município do Guarujá. Não sei se te respondi ou não.

**VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Não, obrigado. Hoje o repasse da prefeitura para com a previdência é 14 14 o (inint 42:00). 14 e 15,25 tá, obrigado.

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Mas de qualquer maneira é um, é uma preocupação né, a previdência ela é para o município relativamente baixo, valor baixo, mas se você não tiver os aportes, não tomar cuidado com as o equilíbrio, você o município paga. Lá traz já teve um problema como todo o instituto previdência, mas hoje estão num ponto de equilíbrio razoável, que a gente não pode fazer esse comprometimento em que o município tem que pagar mais o que em tese é devido, mas precisa dar uma enxergada nessas coisas porque muitas, muitas verbas como era antigamente, eu vim de um município que era mais ou menos dessa maneira, você não contribuía com a quarta parte, lá é quarta parte aqui é sexta parte né. Então o cara esperava aposentar completar os 20 anos pra pegar os 25% só que ele não contribuía com nada, ou seja, os próximos vão pagar conta né, então a gente precisa prestar atenção nessas, nessas verbas que teoricamente elas não fazem parte mas lá na frente quando você aposenta e carrega isso e não contribuiu né, então tem que ter muito, muito, uma análise mais aprofundada sobre essas verbas que são complicadas, e o funcionário quer, mas quem paga a conta é o município né são os contribuintes da cidade do Guarujá, não é o Prefeito, é o contribuinte normal então quando a gente fala em mexer nisso a pessoa, o pessoal arrepia o cabelo né, mas é uma conta que ela, como eu disse lá

traz né você contratou o cidadão você tem que pagar. E aí muita gente não quer contribuir né, “*ah, mas é, deixa o município*”, não em que ter equilíbrio, a questão previdenciária tem que ter equilíbrio pra não comprometer o nível de investimento que a sociedade ela exige cada vez mais né. E é certo que ela paga todos os tributos né? Ela não paga só IPTU, ela paga ICMS, ela paga o PIS, paga confins, paga tudo, tudo tá embutido no preço da mercadoria e nós somos os agentes facilitadores de uma prestação boa de serviço. E você não tiver recurso pra contribuir, pra fazer esse serviço alguma coisa tá errada.

**VEREADOR** **ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Obrigado, obrigado. Hoje quanto sobra de investimento? Porque você tem orçamento todinho

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Olha eu vou falar pra você, o investimento da prefeitura é muito baixo

**VEREADOR** **ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** É baixo né

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** A gente tá tentando

**VEREADOR** **ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** O percentual é o que? 3%

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Não chega a 4%

**VEREADOR** **ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Não chega a 4 né?

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Você tem uma receita corrente pesada, tá certo? E o teu percentual de investimento como receita própria ela é muito baixa nós estamos tentando ver se o ano que ve se o ano que vem a gente chega a 5, 6%, mas isso é um processo vereador não é da noite pro dia né

**VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Não lógico.

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** É um processo. Uma prefeitura não pode sobreviver e fazer investimento com empréstimo né

**VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Não, a preocupação hoje, acho que se eu não me engano nós temos cerca de 3 aí empréstimos tem FINISA.

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Estamos aqui hoje com 188 milhões de empréstimo, né

**VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Quanto?

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** 188 milhões, tá aí na

**VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Aqui né?

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Nessa apostila.

**VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Justamente a preocupação é essa Secretário.

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Porque você paga juros né

**VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Exato

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Na realidade é o seguinte, o banco ele não empresta de graça ele tem juros e tem a amortização, então que a gente tem que fazer uma força-tarefa de maneira que você diminua suas despesas correntes, aumente as suas

receitas correntes, sem aumentar tributo e que tenha esse hiato né, entre a receita e a despesa pra que você consiga fazer teus investimentos. É uma briga constante do Prefeito em relação a isso, que a gente quer fazer, nós da Secretaria de Finanças já fizemos já fizemos o (inint 45:52) o ano passado tá certo, estamos agora atualizando toda essa parte pra que a gente cobre daquelas pessoas que não estão pagando, pagar. Exemplo, nós fizemos agora um trabalho, só tá fora da nossa pauta aqui, mas a gente tá falando, pegamos aí um condomínio de luxo, uma parte dele só, se eu não me engano tem 257 imóveis no terreno, 21 Imóveis com casas novas, e 61 imóveis com acréscimo de área. Se você fizer uma relação 21 com mais 67 daria 88, pela minha cabeça daria 33 a 34% de acréscimo de receita sem você aumentar, cobrar daquele cara que não paga. Só, eu não lembro qual é, é uma Marina aí tem uma casa de 5 mil metros lá que paga só IPTU né, então a gente já tem esse voo. A gente tá fazendo esse trabalho agora de cobrar dessas pessoas que tão usando e não tão pagando né. Eu diria o seguinte, é uma justiça tributária. “Ah, mas é chato você tá falando?” Não. Se você paga porquê que eu não vou pagar? Você não é bobo né, você tem a sua casa de 100 metros quadrados você paga IPTU, e eu tenho uma de 200 do lado, eu não pago? Então o que a gente tem que fazer é começar a olhar isso, a gente já começando do (inint 47:14) pra cá certo? E esse é o primeiro, segundo se eu não me engano vai ser o Acapulco, e a gente vai chegar aonde tem que tributar as pessoas que já estão usando né? Então, mas é com muita responsabilidade que a gente tá fazendo e fora isso também já tem um estudo já tá atualizado da planta genérica pra gente enxergar quais as áreas que tem a sua valorização imobiliária, talvez outras tenham um decréscimo para que a gente faça uma planta que ela seja bem equilibrada e aí vamos tá discutindo novamente junto à Câmara de vereadores, mas esse processo a gente vai demorar aí pelo menos uns 5, 6 meses ainda, esse ano até junho, julho a gente já tenha uma primeira audiência aqui na Câmara.

**VEREADOR ANTONIO**

**FIDALGO SALGADO NETO:** Perfeito, obrigado.

**SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAUJO CHAVES DE ABREU:** Doutor Igor mais alguém? Doutor Igor com a palavra.

**IGOR A SOUZA:** Bom dia Secretario, bom dia a todos os presentes. Meu nome é Igor da assessoria do professor Anderson Figueira, eu gostaria de um esclarecimento aqui no slide de numero 5, quando se fala do item 13 aí de receitas correntes. Fala-se no de receita patrimonial, houve um acréscimo de 269%, aí eu queira entender ao que se refere essa receita patrimonial. Tinha em 2021 né cerca de 7 milhões, quase 8 milhões e passa para quase 29 milhões. Esse acréscimo se dá ao que e a que se refere? Por favor.

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Então, na realidade é o seguinte a receita patrimonial ela é referente normalmente a aplicação financeira da prefeitura, né? Então teve um aumento da taxa de juros, e a gente procura não deixar o dinheiro da prefeitura dormindo em conta, né? Então basicamente isso são receitas de aplicações financeiras e aí nos consolidamos todas as, todas as receitas da prefeitura, todos os fundos de todas as trans, todos as contas da prefeitura a gente sempre deixa o mínimo de um dia pro outro a gente aplica diariamente.

**IGOR A SOUZA:** No caso seria as rentabilidades, é isso?

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Sim.

**IGOR A SOUZA:** Então como nós falamos de patrimônio hoje é rentabilidade de operações financeira?

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** É, aqui 90% da rentabilidade pode

ser que tenha uma ou outra receita, mas é menos, menos importância

**IGOR A SOUZA:** Não incorre aquisição de bens, desse tipo não, né?

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Não

**IGOR A SOUZA:** Obrigado, satisfeito.

**SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAUJO CHAVES DE ABREU:** Mais Alguém gostaria de fazer uma pergunta? Não? Doutor? Doutor Helder quer se manifestar, dar um oi? Não? Mais alguém? Secretário tá com a palavra.

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**FRANCISCO JOSÉ ROCHA:** Bom gente, muito obrigado aí pela, pela oportunidade tá aqui. É um dever do município está explicando as suas receitas e suas despesas né, muito embora seja constitucional essa, essa apresentação, mas estamos sempre à disposição e todos os meses nós fazemos a nossa publicação do nosso balancete e qualquer dúvida estamos à disposição, tá? Muito obrigado a todos e um bom dia.

**SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAUJO CHAVES DE ABREU:** Muito obrigado secretário, agora eu convido Doutor Helder pra apresentar a avaliação do cumprimento das metas fiscais da Guarujá Previdência. Doutor Helder.

**PRESIDENTE DA GUARUJÁ**

**PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA:** Bom dia a todos presentes aqui no plenário da Câmara, saúdo a Mesa, vereador Wagner dos Santos Venuto e demais vereadores, e a população em geral. Vou tentar ser breve, talvez não com tanta eloquência quanto o secretário de Finanças, mas vou fazer o melhor possível. Então cumprindo o artigo 9º, Parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal a Lei 101 de 2000, apresentamos o 3º

quadrimestre de 2022 - Guarujá Previdência. Primeiramente receitas. Receita corrente previsto para o 3º quadrimestre 48 milhões 473 mil 333 reais e 33 centavos, a realizada 198 milhões 313 mil 111 reais e 48 centavos. Receita de contribuições, previstas 63 milhões 783 mil e a realizada 61 milhões, é ali que tá com erro de digitação, né? Só pra esclarecer pra vocês, aqui na terceira coluna tem um erro de digitação tá, receita realizada terceiro quadrimestre de 2022, então estou lendo os dados dessa coluna e da última coluna. Vai ficar mais claro por que nós temos que comparar também o ano anterior, né? Receita patrimonial, prevista 9 milhões e realizado nós tivemos 133 milhões. Só um esclarecimento. Os dinheiros da Guarujá previdência eles são recebidos e aplicados em contas de distintas contas da taxa de administração que é pra gestão do RPPS, pagamento de pessoal por exemplo, contratação de empresas os valores das contribuições previdenciárias que vão servir para pagar os benefícios presentes e os futuros projetados até 75 anos visando o equilíbrio financeiro e atuarial, esses valores são investidos no mercado de capitais e quando há algum resgate, e nós somos resgatamos quando o rendimento é positivo, existe um valor que é creditado em conta, então ele vai entrar como receita. Esse é o fenômeno que aconteceu ali, por isso essa esse valor bem acima do previsto, porque foi, foram feitos resgates de rendimentos dos investimentos. Só pra gente entender bem, e é possível verificar todos os valores que estão nas contas distintas, tanto contas da taxa administração, quanto dos investimentos, e pela segregação de massa também que a gente vai ver daqui a pouco. Outras receitas correntes 37 mil prevista para o 3º quadrimestre 22 e realizado 3 milhões. Receitas intra-orçamentária 54 milhões 275 mil 333 reais e 33 centavos é a prevista, e a realizada 69 milhões 245 mil 162 reais e 37 centavos. As receitas correntes intra-orçamentárias 81 milhões 413 mil previstas e realizada 69 milhões 245 mil 162 reais e 37 centavos. O total das receitas, 102 milhões 748 mil 666 reais e 67 centavos a prevista, e a realizada consolidando todos esses valores 267 milhões 558 mil

273 reais e 85 centavos. Contribuição por ente patronal. Ente patronal nós temos Prefeitura de Guarujá, Câmara Municipal e Autarquia Guarujá Previdência. Estes três órgãos contribuem para o regime próprio de Previdência Social, Guarujá Prev. Então a Guarujá Previdência, só para gente entender, ela é uma unidade gestora desse regime. Como unidade gestora ela também tem receitas e despesas para gerenciar o regime. O outro regime que existe no Brasil, é o regime geral em que a unidade gestora é o INSS, autarquia Federal INSS que faz a gestão dos benefícios do regime geral. No nosso caso a gente só faz a gestão dos benefícios do regime próprio, ou seja, somente os servidores concursados, servidores ocupantes de cargos efetivos do município, tanto do órgão Prefeitura, do órgão Câmara e do órgão Guarujá Previdência. Então primeiramente observando a segregação dos segurados, que é uma técnica atuarial para buscar, equilibrar, financeira e atuarialmente o regime, a massa de segurados ela foi dividida desde a concepção lá em 2012 com a Lei Municipal 135/2012, ela foi dividida em duas massas. Uma massa que ela fica congelada, todos os servidores que ingressaram no município até 31 de dezembro do ano 2000, e a outra massa que todos os servidores que estavam em 2012 e migraram para o RPPS, que ingressaram até, após né primeiro de janeiro de 2001 e todos os demais que vão entrando por concurso público, eles vão entrando nessa massa que é o regime Previdenciário. A massa que está congelada é do regime financeiro, quer dizer o seguinte, que os segurados que estão no regime da massa do financeiro eles, aqui esse número ele só tende a diminuir ele nunca vai aumentar vai diminuir ou por morte do segurado, ou porque ele pede exoneração, porque ele vai ser aposentado e depois pode ser que o benefício também seja uma pensão por morte, mas só para gente entender, enquanto que na massa do regime previdenciário esse número tende a crescer. E quando a gente fala de Equilíbrio financeiro e atuarial, a massa do financeiro ela tem uma responsabilidade de que a prefeitura assuma o pagamento dessa massa assim que

esgotarem os recursos que nós estamos capitalizando todo esse tempo. Enquanto que na outra massa é o objetivo é que haja um equilíbrio financeiro e atuarial de forma que que a própria Guarujá previdência consiga com os recursos que ela vai recebendo das contribuições e de outros aportes como é amortização né o plano de amortização ou uma alíquota suplementar se fosse o caso que a gente não tem aqui pra que a conta ela feche pra 75 anos pagando e zerando essa conta para que não haja outras, outros compromissos da prefeitura com essa massa por isso que foi feito assim. Então contribuição do servidor, dos Servidores admitidos até 31 de dezembro de 2000, nós temos um total de 65 milhões 979 mil 342 reais e 78 centavos, sendo que a parte patronal foi de 33 milhões 701 mil 294 reais e 44 centavos, lembrando que existe uma base de previdência, essa base de previdência é composta pelas verbas: salário base, adicional de tempo de serviço, sexta-parte, incorporações, ou seja, todas as verbas permanentes. Algumas verbas de insalubridade, não são todos que recebem insalubridade, que contribui sobre insalubridade somente aqueles notadamente da área da saúde, porque foi feito o estudo da segurança do trabalho pra verificar quais servidores deveriam contribuir, por que aquela verba ela seria significativa para o desempenho da atividade e relacionado com o cargo permanente. Então quando você tem um médico, você sabe que ele é contratado pra trabalhar numa unidade de saúde, então ele vai estar exposto a insalubridade, diferentemente de um outro servidor, um auxiliar administrativo por exemplo, que ele não foi contratado especificamente pra trabalhar na saúde e hoje ele pode estar na saúde e amanhã ele pode estar em outra unidade, então foi feito esse estudo então a insalubridade pra alguns é contributiva pra outros não, e todas as chefias FGs e DAS também são contributivos, mas na hora de fazer o cálculo da concessão só entra às verbas permanentes como limitador e as demais não melhoram a média. Então a prefeitura ela contribui com 15,25% dessas verbas, dessa dessa base de contribuição e

cada servidor também contribui com 14% sobre essa mesma base de previdência, por isso que chega nesse valor. A contribuição do servidor dessa massa dos servidores mais antigos, ou seja, são aqueles que já evoluíram bem mais na carreira então alguns já estão na letra F, no sexto quinquênio, então a contribuição deles mesmo eles sendo uma massa que tende a ser menor é mais alta por que os servidores já evoluíram mais na carreira. O valor foi de 32 milhões 278 mil 48 reais e 34 centavos. Da outra massa, do plano previdenciário admitidos a partir de 01 de janeiro de 2021, o total foi de 53 milhões 794 mil 846 reais e 24 centavos, sendo a parte patronal 27 milhões 240 mil 711 reais e 57 centavos, e a parte do servidor individual 26 milhões 554 mil 134 reais e 67 centavos, fechou no total de 119 milhões 774 mil 189 reais e 2 centavos. Ali a parte de cima a prefeitura agora a Guarujá Previdência que nós temos uma equipe bem mais reduzida, é por isso que nós fizemos concurso recentemente, nós vamos ver os admitidos até 31 do 12 de 2000 que estão na Guarujá Previdência são servidores mais antigos antes da criação do regime que estão cedidos para fazer a gestão do RPPS no caso eu, Lucielma, Alexandre, Maria José, por isso que tem servidores dessa massa aí contribuindo. 57 mil 330 reais e 57 centavos foi o total, a parte patronal 29 mil 890 reais 29 centavos e a parte dos servidores 27 mil 440 reais 28 centavos. Agora, da massa do plano Previdenciário que são servidores que entraram por concurso na Guarujá Previdência a partir de 2016, é nós temos um total de 401 mil 489 reais 77 centavos, a parte patronal 209 mil 324 reais e 83 centavos, e a parte do servidor 192 mil 164 reais e 94 centavos. Totalizando 458 mil 820 reais e 34 centavos. Câmara Municipal, os admitidos até 31 do 12 de 2000, que é do plano financeiro, total 2 milhões 358 mil 11 reais e 29 centavos, a parte patronal 1 milhão 228 mil 553 reais e 46 centavos, e a dos servidores 1 milhão 129 mil 458 reais 53 centavos, os admitidos a partir de 1 do 1 de 2001 Plano Previdenciário total 292 mil 365 reais e 25 centavos. A parte patronal 256 mil 433 reais e 51 centavos, a parte do

servidor 235 mil 931 reais e 74 centavos, total 2 milhões 850 mil 377 reais e 24 centavos. Servidores cedidos e em licença sem vencimentos. Tem um erro de digitação ali né, um erro de formatação da, na soma ali do total. Por que mensalmente é somente esse valor total que é vertido pra, pra contribuição previdenciária, 942 reais e 44 centavos é um servidor que nós temos cedido. O total patronal 11 mil 830 reais e 42 centavos, o total do servidor 10 mil 860 reais e 63 centavos. Total 22 mil 691 reais e 5 centavos, a soma da parte patronal com a parte do servidor. Inativos e pensionistas, aí nós temos que observar que nós temos inativos e pensionistas da Lei 121275, ou seja, essa Lei é anterior à Constituição de 1988. Servidores que tem regras específicas de aposentadoria desta época anterior a Constituição de 88, e hoje nós só temos ativos dessa massa 2 servidores que são aqui da Câmara. Na verdade, só tem um agora né que o outro aposentou que era o Ricardo Ogiano aposentou e a Verinha que tá se aposentando. Os demais, todos os demais desta Lei 121275, ou são aposentados, ou são pensionistas. Esses valores o pagamento é direto da prefeitura a maior parte, e uma outra parte da Câmara como está disposto ali. O inativo da Lei 1212 da prefeitura, observe que nós não temos a parte patronal, nós não temos ali porque o aposentado ele só vai contribuir dos valores que superarem o teto do regime geral. Então se o teto é 7 mil e 500 reais, o aposentado ele vai contribuir os 14% acima do que superar esse teto, a mesma coisa o pensionista, se ele recebe uma aposentadoria de 7 mil ele não tem contribuição. Então inativos da Lei 1212 Prefeitura, total 216 mil 735 reais e 66 centavos, e inativos da Câmara até 31 do 12 de 2000 173 mil 180 reais e 58 centavos, inativos até 31 do 12 de 2000, segregação de massas, total 284 mil 504 reais e 51 centavos, inativos após 01 do 01 de 2001, total 3 mil 840 reais e 19 centavos, pensionistas Lei 1212, 250 mil 944 reais e 5 centavos, pensionistas até 31 do 12 de 2000 114 mil 537 reais e 83 centavos, e pensionistas após 01 do 01 de 2001 20 mil, 12 reais e 72 centavos. Total da parte do servidor 1 milhão 63 reais 755,

é 1 milhão 63 mil 755 reais e 54 centavos. Pode passar. Despesas. Pessoal e encargos. Empenhada, empenhada nós vamos ver ó 20, 21 e 22 são os três exercícios, o do fechamento de 2 anteriores vamos fazer a leitura aqui então na sequência 20, 21 e 22. Despesas correntes. 2020 31 milhões 539 mil 461 reais e 38 centavos, 2021 39 milhões 782 mil 739 reais e 56 centavos, e 2022 55 milhões 376 mil 540 reais e 77 centavos. Encargos, pessoal e encargos, a mesma coisa 2020 29 milhões 836 mil 782 reais e 39 centavos, 2021 37 milhões 987 mil 130 reais e 32 centavos, 2022 51 milhões 63 mil 390 reais e 63 centavos. Outras despesas correntes, 2020 1 milhão 702 mil 678 reais e 99 centavos, 2021 1 milhão 795 mil 609 reais e 24 centavos, e 22 4 milhões 313 mil 150 reais e 14 centavos. Despesas de capital. 2020 24 mil e 33 reais e 80 centavos, 2021 182 mil 918 reais e 50 centavos, e 22 81 mil 198 reais e 50 centavos. Investimentos 2020 24 mil 33 reais e 80 centavos, em 2021 182 mil 918 reais e 50 centavos e 22 81 mil 198 reais e 50 centavos. Total 2020, 31 milhões 563 mil 495 reais e 18 centavos, 21 39 milhões 965 mil 658 reais e 6 centavos, e 2022 55 milhões 457 mil 739 reais e 27 centavos. Despesa total, do exercício de 2022, nós fechamos em 55 milhões 326 mil 194 reais e 78 centavos. Despesas com inativos e pensionistas. Foram pagas nas despesas correntes 49 milhões 772 mil 881 reais e 17 centavos. Pessoal e encargos 48 milhões 441 mil 765 reais e 61 centavos e inativos 35 milhões 195 mil 528 reais e 74 centavos. Pensionistas 13 milhões 131 mil 124 reais e 21 centavos. Sentenças judiciais 115 mil 112 reais e 66 centavos. Outras despesas correntes 1 milhão 331 mil 115 reais e 56 centavos. Total 49 milhões 772 mil 881 reais e 17 centavos. Despesas Inativos Pensionistas e Benefícios. Inativos da Lei 1212 5 milhões 906 mil 891 reais e 6 centavos, Inativos da Câmara 322 mil 478 reais e 33 centavos, Inativos do RPPS do plano financeiro, aquele até o ano 2000, 26 milhões 149 mil 755 reais e 3 centavos. Inativos RPPS previdenciário, que ingressaram a partir de 2001, 2 milhões 816 mil 404 reais e 32 centavos. Pensões Lei 1212, 5 milhões 43 mil

797 reais e 41 centavos. Pensões RPPS financeiro até 2000, 5 milhões 638 mil 951 reais e 43 centavos. Pensões RPPS Previdenciário que ingressaram após 2001 a partir de 2001, 2 milhões 342 mil 202 reais e 41 centavos. Pensões da Câmara Financeiro 106 mil 172 reais e 95 centavos. Sentenças judiciais 115 mil 112 reais e 66 centavos. Inativos com Prev. Previdenciário, são verbas de compensação previdenciária quer dizer, aqueles valores que os servidores contribuíram para o regime geral para o INSS, ou para outros regimes. Na hora que é feito o cálculo é feito um cálculo que observa o tempo de contribuição dos Servidores, por que existe no Brasil um sistema de contagem recíproca dos tempos e esse regime está previsto na Constituição Federal, que tanto o regime geral que é o INSS, quantos regimes próprios de todo o Brasil são obrigados a fazer a contagem recíproca e depois vão poder fazer a compensação previdenciária se tiver tudo certo. Então quando a Guarujá Previdência consegue uma aposentadoria que o servidor até 2012 ele contribuiu pro regime geral durante 20 anos aí a partir de 2013 ele passou a contribuir pro regime próprio, então mais 10 anos, eu tô falando de uma mulher pra ficar mais fácil o cálculo tá? Que pra mulher é sempre mais fácil do que pra o homem, então desses 30 anos 20 a contribuição foi vertida pro INSS só 10 para Guarujá Previdência aí na hora que é feito o cálculo pega todas as contribuições de julho de 94 até a presente data pegando a última contribuição vertida, faz uma média das 80% maiores contribuições de todo o período, atualiza financeiramente e estabelece o valor da média é o valor do benefício. Só que um terço desse valor foi com verba do próprio RPPS que entrou para o RPPS. Dois terços, os 20 anos, foram contribuições que o dinheiro não veio pro RPPS, ele foi lá pra pro INSS. Por isso que é feita a compensação, é solicitado pelo sistema que essa proporcionalidade de 66,66% do tempo que foi lá pro regime geral, seja compensado pra Guarujá Previdência e vice-versa. Se alguém pedir exoneração pegou uma CTC do Guarujá levou pro INSS, digamos foi o mesmo exemplo 10 e 20,

esses 10 anos a Guarujá Presidente vai ter que compensar, vai ter que pagar pelo regime geral. Então nesse sistema de compensação Previdenciário nacional que nós começamos a ter receitas a partir de 2022, antes nós não tínhamos receita e a explicação é muito simples, muito óbvia. Quando a gente concede uma aposentadoria, a partir de janeiro do ano seguinte é comunicado pro Tribunal de Contas essa aposentadoria e todas as demais. Então todas as aposentadorias concedidas em 2022, janeiro desse ano foi comunicado pro Tribunal de Contas, ó 100 aposentadorias de 2022, a partir de 2023 é que o Tribunal de Contas começa auditar e o Tribunal de Contas pode auditar em até 5 anos. Porque se ele não audita em até 5 anos, existe decisão do STF que determina que a homologação já é automática por que não foi feito no prazo prescricional, ou seja, aposentou 2022 mandou pro Tribunal 2023 tem até 24, 25, 26, 27 até o final de 2027 a gente só vai ter no início de 2028 pra mandar para pro sistema. Mas vamos dizer que 2025 essas aposentadorias serão homologadas é mandado para o sistema do COMPREV. O INSS tem até 5 anos pra pagar pra Guarujá Previdência para fazer a compensação, ou seja, após a concessão de qualquer aposentadoria nós temos até 10 anos pra fazer essa compensação embora seja atualizado, bonitinho, parará, como nós só temos 10 anos de Guarujá previdência só em 2022 nós começamos a ter verba de compensação previdenciária e também pagamos. Em 2022, nós pagamos por que o sistema ele não funcionava muito bem no Brasil, agora que ele começou a funcionar, inclusive os regimes dos militares vão passar a fazer parte porque quando alguém traz uma certidão o tempo serviço que ele é reservista, que lhe serviu, um ano, dois, 10 anos pras forças armadas, ou pras forças, outras forças militares, corpos de bombeiros e policia militar também, nós somos obrigados a contar o tempo e considerar os valores daqueles tempos pra essa média e a gente vai precisar fazer a compensação, mas não depende só da Guarujá Previdência, depende do Tribunal de Contas, depende do Sistema Nacional de compensação

previdenciária. Por isso que a gente vai ver essa receita ali a partir só de 2022. Então vamos lá. Eu tava em que linha ali? Inativos.

**SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAUJO CHAVES DE ABREU**: Doutor Helder.

**PRESIDENTE DA GUARUJÁ**

**PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA**: Sim

**SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAUJO CHAVES DE ABREU**: Gostaria só de aproveitar o ensejo e comunicar que o professor Anderson Figueiras também está presente na audiência pública e no final da apresentação a gente vai abrir pra palavra tá bom? Obrigado professor pela presença. Pode dar continuidade

**PRESIDENTE DA GUARUJÁ**

**PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA**: Obrigações tributárias e contributivas. Despesas pagas 1 milhão 321 mil 948 reais e 15 centavos. Indenizações e restituições da Lei 1212, 9 mil 167 reais e 41 centavos. Total 49 milhões 772 mil 881 reais e 17 centavos. Fonte 1 - Recurso da Prefeitura do Guarujá, total de 10 milhões 950 mil 688 reais e 48 centavos e a fonte 4 – Recurso da Guarujá Previdência 38 milhões 813 mil 25 reais e 28 centavos. Só pra nós entendermos o panorama de concessão de benefícios, os tipos de aposentadoria. Compulsória do plano financeiro, ou seja, aqueles servidores que ingressaram até 2000 Tivemos 5, compulsória é aquela aposentadoria concedida obrigatoriamente, compulsoriamente, o servidor não escolhe, aos 75 anos de idade ele é obrigado a sair da Prefeitura, ou da Câmara, ou da Guarujá Previdência, ele é aposentado passa a receber proventos de aposentadoria. Invalidez

**47:35**

permanente 22, também o servidor não escolhe, ele está doente, O médico dele encaminha ele pra prefeitura ele fica um período de licença, tratamento de

saúde em média 2 anos. O médico dele pede pra ele ser aposentado, o perito da Medicina do Trabalho encaminha para Guarujá previdência pra Guarujá previdência fazer uma junta médica de avaliar se é o caso de invalidez, mas não é o servidor pedindo são avaliações médicas se o servidor pedir nem será apreciado. Por que tem que vir da Medicina do Trabalho para ser analisado. Se ajunta considerar a hipótese de invalidez a prefeitura, a ou outro órgão ,vai ter que comprovar que o servidor foi submetido a uma tentativa de readaptação se não readaptou não não teve condições aí ele é aposentado compulsoriamente, ou seja, é de ofício a gestão é que decide com base na perícia da junta médica ponto, 22. Voluntária por idade, ou seja, voluntário ou servidor quis aposentar, a idade mínima pra aposentaria, homem pra essa, pra essa modalidade tá porque a outra é por idade e tempo de contribuição é diferente então por idade, 65 anos de idade o homem, 60 anos de idade a mulher. Só que em ambos os casos tem que comprovar no mínimo 10 anos de contribuição. E esse cálculo é proporcional, se tiver 65 anos e 10 de contribuição no caso do homem é feito uma conta matemática. Aquela fração onde o numerador é o tempo apresentado 10 dividido pelo tempo exigido pra que fosse total dos 35 anos. Então 10 dividido por 35 com 10 anos esse homem de 65 anos ou mais ele só vai conseguir o valor de 28,57% da média, se for mulher com 10 anos como é 10 dividido por 30 que a exigência é 30 anos, então o um terço 33,33% da média então quando a gente fala desse tipo de aposentadoria proporcional vai depender em cada caso quanto tempo de contribuição a pessoa teve, tempo do Guarujá 10 anos, tempo do INSS 10 anos, tempo de serviço militar 5 anos, vai somar tudo e vai fazer a contagem pra chegar no de quanto seria o valor dos proventos. Especial por agentes nocivos apenas 1 aposentadoria, este tipo de aposentadoria depende da avaliação de junta médica, depende que é a CTC certidão de tempo de contribuição, que a pessoa trouxer tempo do INSS, ela seja validada pelo órgão dizendo que esse tempo é especial, que a pessoa fica exposta a agentes

nocivos à sua saúde. Geralmente quem recebe insalubridade, mas nem todo mundo que recebe insalubridade faz jus à aposentadoria especial, e o tempo do Guarujá também tem que ser atestado, é feita junta médica e a pessoa é aposentada se ela tiver até 2019, que foi novembro de 2019 houve a emenda 103, 25 anos de contribuição por exposição a agentes nocivos é feita a concessão. De 2019 pra frente nós temos que fazer reforma da Previdência Municipal pra fazer a concessão por que a regra depende da verificar a nova regra da Emenda. A voluntária por idade e tempo de contribuição, então, diferentemente daquela outra regra que é só idade essa é uma totalidade da média o homem 60 anos de idade a mulher 55 de idade. Tempo de contribuição para o homem 35 anos para mulher 30 anos se tiver esse dois principais critérios aí é feito a média e não tem aplicação de redutor ou de proporcionalidade, 170 aposentadorias. Voluntária por idade tempo de contribuição especial do magistério 120. A diferença é que o professor que apresente o mapa de aulas da SEDUC que, que ele passou no mínimo pra mulher 25 anos em sala de aula, ou em unidades escolares em atividades pedagógicas e o homem no mínimo 30 anos, ele vai conseguir uma aposentadoria, mas a idade nesse caso é reduzida em 5 anos tanto a idade quanto tempo de contribuição. Então, se a regra geral determina 60 anos de idade pro homem. No caso do professor o mesmo homem, ele vai ser exigido 55 de idade se o tempo de contribuição na regra geral é 35 anos pro homem, o professor ele vai ter cinco anos a menos então vai ser 30 anos de contribuição. 30 de contribuição e 55 de idade no caso do professor homem, no caso da professora 25 anos de contribuição 50 de idade, já é possível uma professora se aposentar desde que esse tempo seja todo em sala de aula. Quem não se aposentar pode solicitar o abono de permanência no serviço público que ele recebe os 14% que ele contribui ele ele recebe de volta da prefeitura. No plano Previdenciário, já expliquei as modalidades já vou ler direto. Invalidez 8. Especial por agentes nocivos 6, voluntária por idade 10, voluntária por

idade e tempo de contribuição 31, voluntária por idade e tempo de contribuição especial magistério 16, Total 71. E hoje nós temos concedidos pelo RPPS Total Geral de aposentadorias 491. Despesas administrativas. Despesas correntes. Nós vamos ver total liquidado e pago 5 milhões 478 mil 915 reais e 11 centavos. Pessoal e encargos 2 milhões 616 mil 623 reais e 99 centavos. Outras Despesas Correntes 2 milhões 862 mil 291 reais e 12 centavos. Despesas de Capital 74 mil 398 reais e 50 centavos. Investimentos 74 mil 398 reais e 50 centavos. Total 5 milhões 553 mil 313 reais e 61 centavos. Então nós vamos ver agora esse quadro de investimentos, então todas as contribuições previdenciárias, todos os valores de Comprev, todas as receitas que são pra pagar benefício distintas da taxa de administração, são investidas no mercado de capitais. E pra investir é obrigado observar limites dos artigos de uma norma do Conselho Monetário Nacional, a 4963 de 2021, essa norma ela determina limites pra aplicação. Então, lá no artigo 7<sup>a</sup>, Inciso 1, alínea A, Títulos do Tesouro Nacional, pode ser aplicado até 100% do valor. Só que o comitê de investimento ele tem que verificar quais são as melhores estratégias de alocação desses recursos para que haja um maior rendimento, por que não basta apenas ter a valorização da inflação. Hoje nós estamos com 1 bilhão de reais investidos, não basta só atualizar isso pela inflação 5% ao mês, por exemplo. A gente tem que dar um alvo, uma meta, pra fazer esse dinheiro virar outra receita. Então a meta atuarial existe pra isso, que é feito o IPCA que é o benchmarking, ou seja, que acompanha inflação mais 4,92% ou 6% ou 5% depende cada ano vai, vai ter uma variação dependendo do cálculo atuarial. Então esse rendimento vamos dizer que fosse 5% é o que a Guarujá Previdência tenta buscar no mercado pra que esse valor investido ele cresça e garanta também a receita do pagamento dos benefícios futuros. Então nós vamos ver ali na renda fixa, nos títulos do Tesouro Nacional na carteira em fechando dezembro 2022 35,38%, valor 349 milhões 731 mil 489 reais e 72 centavos. No ano passado nós fizemos uma mudança uma nova estratégia

e passamos alocar mais valores em títulos públicos devido as oscilações no mercado. no artigo 7<sup>a</sup>, Inciso 1, alínea B, que são fundos de investimentos compostos por títulos públicos, então não é um investimento direto em títulos públicos. Investe-se em fundos, esses fundos existem vários, vários títulos do Tesouro Nacional composto na carteira e aí por isso que ele é diferente ali né, embora seja a mesma coisa o limite de 100% a Guarujá Previdência fechou 22 com 16,6% da carteira total 164 milhões 45 mil 12 reais e 37 centavos. No artigo 7<sup>a</sup>, Inciso 3, alínea A, que são fundos de renda fixa fechou em 226 milhões 294 mil 156 reais e 14 centavos, percentual da carteira 22,89%. E no artigo 7<sup>a</sup>, Inciso 4, alínea B, Fundo de credito privado, 0,52% da carteira, 5 milhões 160 mil 528 reais e 53 centavos. Total da renda fixa, 75,39%, 745 milhões 231 mil 186 reais e 76 centavos. Agora da renda variável que a nossa exposição ela diminuiu no último ano, artigo 8<sup>a</sup>, Inciso 1, que são Fundos de ações 14,98% e o valor 148 milhões 102 mil 653 reais e 95 centavos. Só uma observação com relação ao limite legal que nós temos, como nós somos um RPPS que estamos no nível 3 do pro gestão, nós temos um limite um pouco maior do que teríamos se não tivéssemos nível do pro gestão, então para esse tipo seria vamos dizer 30%, mas a gente porque tem o pro gestão nível 3 pode alocar até 45%. No artigo 9<sup>o</sup> inciso 2, que são Fundos de Investimentos no exterior que em 2021 fazia sentido fazer esse tipo de investimento, 2020 também por causa da crise da pandemia, que lá fora no exterior a rentabilidade era muito maior, o prêmio pago era muito maior fazia sentido fazer essas alocações, mas com a guerra da Rússia e Ucrânia e ou crises mundiais, principalmente observando o Estados Unidos, Europa, e China que são os principais polos, esse fundo hoje ele é importante está na carteira para fazer uma proteção, mas a gente vai ver que a gente bastante a exposição e quando se observa a rentabilidade não é como foi a rentabilidade de 2021. Embora a gente não tenha feito resgate, nem quando tava positivo, nem quando tava negativo por exemplo mais o valor tá lá. Então nós temos 3,91% da

carteira, valor 38 milhões 668 mil 252 reais e 58 centavos. Investimentos estruturados multimercados 5,16% da carteira, total 51 milhões 5 mil 625 reais e 2 centavos, e Fundos de participação 0,46% da carteira, 4 milhões 503 mil 371 reais e 53 centavos. Fundos Imobiliários 0,1% da carteira 945 milhões, é o artigo 11 dessa dessa normativa. Fechou 22.988 milhões 456 mil 89 reais e 84 centavos. Meta atuarial e Retorno. O Retorno que é a segunda coluna da direita para esquerda foi de 1,97%, então nós fechamos 2022 positivos, mas nós não batemos a meta, porque pra bater a meta seria IPCA + 4,92%. E essa meta todo ano muda não é porque a gente não bateu a meta que a gente não pode bater nesse ano 2023, mas tem que esperar fechar o ano. O Comitê tem discutido e mudado a estratégia concentrando mais alocações em DI o que é o que está fazendo sentido no momento para você ter uma, um rendimento melhor para carteira e a gente pretende nesse ano bater a meta. O IPCA de 2022 foi 5,79% mais 44,92% da meta, a estimativa era de atingir 10,97%. Nosso rendimento positivo, como eu disse 1,27%, e aí a gente vai ver ali na coluna da, da amortização, no final, tivemos um total de um 1 milhão 111 mil 879 reais e 61 centavos, juros 12 milhões 317 mil 897 reais e 78 centavos. Retorno em reais 9 milhões 910 mil 519 mil e 23 centavos, e saldo do mês fechou 988 milhões 456 mil 89 reais e 84 centavos, então essa é a leitura da meta atuarial do retorno que nós tivemos em 2022. Uma projeção agora da evolução do patrimônio da Guarujá Previdência que é crescente e quando você observa isso no horizonte, você tem que fazer um casamento de ativos e passivos. Então ativos é tudo que entra todos os valores de contribuição previdenciária compensação previdenciária etc., então nós temos uma projeção para crescer, crescer, crescer, mas vai chegar um momento que o número de aposentadorias e pensões do outro lado vai crescendo também, e aí vai chegar o momento que essa evolução ela vai chegar no platô e depois ela vai começar a descer porque o patrimônio ele vai sendo pago vai sendo feito o pagamento de benefício, por isso que nesse casamento de ativos

e passivos o cálculo atuarial projetado para 75 anos, que observa as características, tanto do segurado quanto dos seus familiares então a idade do segurado, a idade da esposa do segurador do marido do assegurado, a idade dos filhos, número de filhos, se esse dependente é um dependente que vai gerar um benefício vitalício ou vai ser limitado por alguns anos, se for um deficiente por exemplo o pagamento é vitalício. Pensões de quem tem mais de 44 anos vai ser vitalício, quem tem menos vai ter uma limitação. Então atualmente é observado isso, esse valor que está investido para pagar os benefícios futuros, o outros valores que vão entrar e vai chegar o momento que tem que bater a conta nos 75 anos zero a zero aí tá equilibrado. Se não bater, digamos que tem um débito de 1 milhão aí a prefeitura ela já tem que fazer desde já a solução pra esse futuro, é isso que determina a Constituição e o Ministério da Previdência cobra de nós, então para garantir que esse 1 milhão lá pra 75 anos está garantido pela prefeitura, a prefeitura tem que aumentar alíquota, ou fazer uma reforma da Previdência, ou depositar um valor de plano de amortização, só pra gente entender como é que funciona. Por isso que não a gente não pode se assustar quando o houve falar em déficit atuarial porque financeiramente nós temos um superávit de 1 bilhão. Agora quando o Projeto é pra pagamento de benefício 75 anos, aí você vê que tem um déficit atuarial, mas não financeiro. Então essa evolução, então aqui é Edler Antônio da Silva Diretor Presidente a Lucielma Ferreira Feitosa que esta conosco aqui além de contadora, é a nossa Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças a Maria José Lima Rodrigues Gerente de Administração, o Alexandre Santos de Brito Gerente de Previdência. Essa foi a apresentação obrigado.

**SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAUJO CHAVES DE ABREU**: Muito obrigado doutor. Gostaria de abrir para as palavras, manifestação, vereadores. Professor Anderson Figueira, com a palavra.

**VEREADOR ANDERSON**

**FIGUEIRA LOPES:** Bom dia, bom dia a todos. Pela explanação, eu consegui acompanhar aqui, ação enloco e a outra parte eu vinha acompanhando através da rede social né, haja vista que está sendo também transmitido ao vivo e isso é muito importante para que haja clareza e transparência com relação ao que aqui é apresentado nesta Audiência Pública. Fiz aqui uma, uma informação que eu colhi. Primeiro queria sugerir, o impresso que vocês entregam pra gente e também o que é explanado ali na tela, ele vem com uma letra muito pequena, isso dificulta o nosso acompanhamento. Então pras próximas, a gente conseguiu acompanhar aqui, mas a título de sugestão para as próximas se poderem aumentar o tamanho da letra no mínimo para padrão, né 10 ou mesmo na tela já vai ajudar bastante aí o nosso acompanhamento o que tem ajudado também é a fala, né? Quando o senhor está explanando a gente tenta acompanhar aqui e a gente vê que o tamanho da letra dificulta um pouco, então fica aí a título de sugestão. Uma anotação que eu fiz aqui também, e eu vi que o servidor que de repente ele solicitar aposentadoria por invalidez, foi dito que na cidade ele não, pode ele não pode ele comer os próprios solicitar né, provocar o poder público para obter a informação dele poder ou não aposentar por invalidez, que somente serão apreciados os pedidos que venham da junta médica, tudo bem, mas eu queria que o senhor explicasse um pouquinho melhor, porque às vezes isso é um motivo de dúvida. Inclusive, já conversei com alguns servidores e o que que é questionaram *“Poxa, mas às vezes eu tenho, eu entendo que eu reúno os requisitos tô numa condição, realmente difícil e assim eu queria expor essa minha condição”* o servidor comentando né, *“Para que através de uma junta médica, de uma perícia médica, fosse levado em conta e obtivesse uma resposta do poder público quanto a possibilidade de uma eventual aposentadoria por invalidez”*. Eu entendo também que a competência ela é da junta médica, que são os profissionais habilitados para poder então identificar ali, mas a título de

esclarecimento se o senhor puder comentar isso também até para as pessoas de repente tiver essa dúvida se situar também.

### **PRESIDENTE DA GUARUJÁ**

**PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA**: Excelente pergunta vereador. Primeiramente nós anotamos pras próximas nós vamos melhorar o tamanho da fonte. Vamos ver se a gente melhora a disposição também de cada slide, eu tive também um pouco de dificuldade de ler aqui, mas é porque na contabilidade são tantos números, não sei o que esse pessoal da contabilidade tem que eles consegue enxergar esses números, a gente tem uma dificuldade até pra ler, vocês viram que eu tive até um pouco de dificuldade, mas é tem que respeitar a área deles né. Com relação à aposentadoria por invalidez permanente, ela não é voluntária. As aposentadorias por idade, e por idade e tempo de contribuição são voluntárias, então quando o servidor fizer o requerimento ele vai ter um indeferimento. Se não tiver todo esse procedimento da junta médica. Porque primeiro não é voluntário, não é ele que pede, eu tenho que ser bem objetivo, porque se você observar na Constituição Federal essa modalidade de aposentadoria, ela precisa de um acompanhamento anterior do órgão ao que faz parte esse servidor, que é a prefeitura, ou é a Câmara, ou é Autarquia, para verificar se ele tem condições de exercer atribuições distintas daquelas que ele exercia no cargo efetivo dele. Que que é o cargo efetivo? Ele, ele tem um cargo efetivo de professor. Digamos que ele tem uma patologia uma doença que ele não tem mais voz pra lecionar às aulas. Então, ele fica um tempo de licença de tratamento de saúde e a prefeitura tem que acompanhar pagando o valor da licença que, o valor da licença do tratamento de saúde ele na maioria das vezes é maior do que o valor que ele teria com a aposentadoria por invalidez. Então não é questão financeira nesse momento, é uma questão de cumprimento de regras constitucionais e legais. E aí se determinado professor que eu dei o exemplo, ele não consegue mais dar aula, mas a prefeitura deve aposentá-lo? Ou tentar uma readaptação? Ele não tem condições de dar aula, mas

ele tem condições de realizar outros trabalhos. E às vezes o servidor também não quer aposentar. Mas a prefeitura tenta fazer readaptação para aproveitá-lo em funções compatíveis com a limitação física que ele tem. A Prefeitura não consegue se readaptar, e o servidor não quer aposentar, ele quer continuar trabalhando. Mesmo assim a prefeitura pela medicina do trabalho vai mandar para Guarujá Previdência, independentemente da vontade do servidor, vai ser feito avaliação pericial. Se a junta médica considerar que ele deve se aposentado, mesmo que ele não queira porque não é voluntária, ele vai ser ou mesmo que ele queira também, entenderam? Então é questão de um zelo com a coisa pública, um zelo com a, a gente tá falando hoje aqui da responsabilidade, da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque no Guarujá não aconteceu isso, mas existiam muitos outros municípios que o servidor era amigo perfeito aí ele queria aposentar, *“Você não tem tempo pra aposentar, você pode, tem que ficar mais 10 anos”*. Aí falava com o padrinho dele, conseguiu um laudo tal, aposentava sem essa tentativa de readaptação, por isso que isso foi pra Constituição. É um cuidado para evitar fraudes, e às vezes o servidor tem uma doença, mas ele não tá inválido, ele não tá incapaz. Por isso falasse também aposentadoria por invalidez permanente ou, a nova nomenclatura, aposentadoria por incapacidade laborativa permanente. Por que existe a incapacidade laborativa temporária, que é quando ele está em licença tratamento de saúde, e existe a permanente, ou seja, ele está em incapaz para o trabalho laborativa, trabalho, mas ele não está invalido pra vida. E ele está invalido para o trabalho às vezes para aquele cargo, porque ele pode fazer outras coisas. Se para aquele cargo ele não consegue mais produzir, ele pode produzir o outro então é necessário fazer essa, essa triagem e quem vai fazer isso? É uma equipe multidisciplinar da Medicina do Trabalho e depois o médico do trabalho vai encaminhar. Por isso que a gente já alerta pro servidor, não adianta você pedir tem que vir da Medicina, porque anteriormente ao encaminhamento vai ser feita toda essa

tratativa. E aquilo que eu falei, às vezes o servidor quando ele, ele quer aposentar por invalidez aí ele pega e fala que não dá tem que esperar a medicina, vem depois de dois anos manda. Aí na hora que faz o cálculo, ele passou na junta e fez o cálculo, ele ve o valor. O valor muito abaixo do que ele recebe mesmo na licença, aí as vezes acontece até um milagre, tá. Ele vem com um laudo dizendo que ficou são e não é algo impossível, porque a própria regra da aposentadoria é que a cada dois ou três anos essa que se aposentar vai ser reavaliada pela junta, se ela recuperar a capacidade para o trabalho, ela vai voltar a trabalhar, entenderam? Então às vezes quando a pessoa vê o valor aí reclama assim, ó “Ah não, eu não quero a cada 3 meses ir na junta médica lá na medicina do trabalho, a cada três meses. Aí quando ele ve o cálculo, opa, às vezes não às vezes o cálculo ele chega bem próximo e aí não tem muita reclamação, mas nós já tivemos e temos ainda problema de alguns servidores que ele nem traz a CTC. A gente fala pra ele, *“Traz a CTC lá do INSS, porque senão se a gente fizer o cálculo assim o valor vai ser muito baixo”* e aí fica demorando, demorando, demorando e aí quando vem a CTC a gente consegue conceder. Então é só para gente entender melhor essa dinâmica é porque às vezes o servidor ele nem tem a visão macro da própria situação dele, tá bom?

**VEREADOR ANDERSON**

**FIGUEIRA LOPES:** Ainda nessa pergunta. Mais o servidor por exemplo, que de repente ele se deparar com a questão da junta médica, se ele não concordar, ele pode recorrer também, se ele não concordar daquela resposta. De repente ele tem um fato novo ali pra mostrar, ele tem essa condição também, né?

**PRESIDENTE DA GUARUJÁ**

**PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA:** Sempre, o direito a ampla defesa e ao contraditório ele é sempre respeitado em todos os processos administrativos, ele pode recorrer administrativamente, ou judicialmente, só que se for judicialmente a junta médica já é pelo juiz, já não é a nossa que

o juiz vai observar então demora um pouquinho mais, mas ele pode recorrer tanto dos valores, quanto o resultado da junta, a qualquer momento ele pode recorrer e ele vai ter uma resposta de deferimento ou indeferimento ou uma reanálise. Já houve casos da gente reavaliar mediante o requerimento do servidor, por que os documentos médicos que ele trouxe, ele apresentou na medicina, e também para junta médica da Guarujá Previdência e não mostravam claramente qual que era a doença. E algumas doenças do rol, um rol taxativo que tá na Lei tanto do INSS, quanto dá nossa Lei Municipal, ele determina que aquele valor praquela, praquela doença grave contagiosa ou incurável, como câncer, aids, cardiopatia grave, ele é feito o cálculo diferenciado. Aí quando ele recorreu e demonstrou esse laudo com essa informação foi feito uma nova junta e ele teve a concessão naquele naquela outra modalidade.

**VEREADOR ANDERSON**

**FIGUEIRA LOPES:** Entendi, perfeito. Tem mais uma pergunta aqui também. A gente está diante de uma palestra, de uma audiência pública claro, mas cujo assunto ele é muito técnico. Então assim não é tão simples da gente conseguir compreender tudo o que é explanado, mas é lógico de uma forma geral uma coisa que preocupa muito o servidor, é saber se há algum risco da autarquia não conseguir garantir a aposentadoria, de quem já está aposentado, e daqueles que futuramente estarão aposentados também. Então existe algum risco de isso acontecer? Em caso positivo, qual seria esse risco? E também a Guarujá Previdência, a autarquia ela está tomando alguma providência? Ela trabalha em cima de alguma previsibilidade com a intenção de prevenir e evitar uma situação futura como esta?

**PRESIDENTE DA GUARUJÁ**

**PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA:** O risco existe, a hipótese não. Porquê? Quando a Constituição de 88 previu lá no artigo 40 caput, “*O servidor será aposentado*”. Só isso, em 88 se

you pegar o texto original, é isso “*O servidor será aposentado*”, aí embaixo, você vai ver os requisitos. Aí em 98, 10 anos depois com a Emenda 20/98, não é mais só o servidor será aposentado, “*O servidor será regido por regime próprio de Previdência Social no sistema contributivo e solidário*” Contributivo e solidário, aí depois a emenda 41/2003 teve uma outra mudança lá no caput, depois da emenda 19 é a 103 de 2019 outra mudança. O que eu quero dizer, é que houve uma evolução no Brasil. Antes de 88, não tinha a previsão desse dessa modalidade de aposentadoria para o servidor, cada ente fazia o pagamento das suas aposentadorias. Aqui no Guarujá a Lei 121275, não existia contribuição. Existia contribuição pra pensão, pra aposentadoria não existia, e o município pagava como um prêmio pra aquele servidor que lhe prestou bons serviços para o município, ele vai receber aposentadoria. Aí em 98 entrou Sistema Contributivo e Solidário, Equilíbrio Financeiro e Atuarial para evitar o risco de um dia não ter como pagar os benefícios. Então quando a gente fala aquilo até que foi perguntado aqui pro Secretário de Finanças sobre a terceirização. Tem que ver a solidariedade do sistema, todo mundo que tá no sistema, os segurados, eles contribuem pra um dia receber o benefício não existe um pacto intergeracional. Quanto mais gente mais valores vão entrar, mas também mais obrigações do município vão entrar. Então se hoje nós temos 6 mil servidores, digamos que a prefeitura passe a ter 8 mil servidores, são 8 mil contribuições a mais, a parte patronal e a parte servidor, mas são 8 mil benefícios a mais que vão impactar nesse equilíbrio financeiro e atuarial, por isso que às vezes a terceirização que é criticada, a gente não pode ser imediatista e falar “*É melhor pro pra, Guarujá Previdência se fizer concurso*”. Depende, porque depende de quem vai entrar, se entrar 2 mil servidores todos com 20 anos é uma situação, 2 mil servidores todos com 70 anos é outra, tá próximo de aposentar. Contribuiu só 5 anos aí daqui a pouco a gente já tá pagando benefício. E aí se esse servidor viver até os 110 anos nós vamos pagar, a gente não sabe, é coisas imprevisíveis. Por isso que o

risco é, existe risco quando você tem incertezas, então nós temos incerteza do dia que a gente vai morrer, tem incerteza do que vai acontecer no município, se vai ter aumento salarial, se vai ter a reforma administrativa, várias incertezas. Então risco, o risco existe, mas só que a hipótese como eu disse, ela não tem porque, se faltar dinheiro desse 1 bilhão. Quem é que paga a conta? O cofre público. A prefeitura é obrigada a assumir, isso são regras que estão na Constituição inclusive. Então se a prefeitura já tem obrigação direta de assumir da 1212, que não tinha contribuição, aí depois passaram a contribuir, do que supera o teto. Mas só, sabe quando que todos os municípios foram obrigados a fazer contribuição? 94, porquê? 98 fez uma mudancinha, aí 2003 outra mudança da Emenda 41, só foi estabelecer mesmo 2004 e aí começou a ter esse sistema de contribuição. Porque ele melhora, ele dá equilíbrio ele evita, ele me tira esse risco, então diante de incertezas existe o risco, mas diante da gestão que é feita e a contribuição previdenciária que o município repassa, que a Guarujá Previdência repassa, que a Câmara repassa, cada servidor repassa e de outras medidas para manter esse equilíbrio financeiro atuarial, a hipótese ela não existe. A não ser que houvesse algo muito imprevisto, mas é aquilo risco é pago diante de incertezas. Sempre nós vamos ter riscos em tudo o que a gente faz, mas não quer dizer que vai ocorrer. O risco de eu pegar meu carro aqui e sofrer um acidente ali na esquina existe, essa hipótese eu não posso dizer que aconteceu, porque ainda não passei lá pela esquina. Quando eu passar pela esquina eu vou saber se aconteceu ou não, se não aconteceu o risco ficou pra traz. E hoje eu posso afirmar que a hipótese ela não existe

**VEREADOR                      ANDERSON**

**FIGUEIRA LOPES:** Sim, então nessa questão o principal garantidor desse benefício, numa eventual situação como essa é o próprio poder público.

**PRESIDENTE DA GUARUJÁ**

**PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA:** Sim principal garantidor é o poder público e por isso que a gestão eficiente de todos os recursos públicos, que vai nos garantir uma previdência longa e equilibrada e a prefeitura também com as suas contas públicas, é que vai dar esse equilíbrio. Mas a gente não pode demonizar o regime próprio. Por que? A gente viu na outra apresentação que a prefeitura tem dívida com o regime geral, ó há décadas. Então se não houvesse o regime próprio, na verdade, a prefeitura pagaria bem mais contribuição previdenciária pro regime geral pro INSS, se a nossa contribuição de 15,25% lá no INSS acima de 22 ela seria, 23. Porque além da contribuição ainda tem fator previdenciário lá, o RAT, o SAT, é cada hora é uma sigla, é uma coisa. Então a gente tem que observar que quando foi feito a migração de 2013, foi feito o valor da economia pro município, era uma economia astronômica e ela existe hoje porquê? Financeiramente hoje é, existe a economia, por isso que a gente tem que trabalhar com essa ideia do tempo para fazer todas as medidas para garantir esse equilíbrio lá para 75 anos. Durante os primeiros cinco anos não houve concessão da aposentadoria, só arrecadação, crescimento patrimonial. Então a gente tem que ter esse entendimento. O maior patrocinador é a prefeitura, mas o servidor também tem a sua contribuição embora  $14 + 15,25\%$  só de 29,5 do valor que seria 100, cada 3, 4 servidores vão pagar um benefício. Então a gente tem que garantir que haja concursos públicos também, mas de forma equilibrada com os outros objetivos da prefeitura. Eu não acho que toda modalidade de terceirização ela tem que ser evitada, existe alguns serviços que você tem que equilibrar também, mas se houver o concurso vai entrar uma obrigação futura com aquele servidor que vai contribuir só com 14 e a prefeitura com 15,25, mas na hora de receber vai ser com 100% da Média. Entendeu?

**VEREADOR ANDERSON**

**FIGUEIRA LOPES:** Eu me dou por satisfeito aqui em relação a

clareza das respostas né. Uma última questão, você poderia citar alguma coisa em relação a quais as rubricas que vocês, que vocês têm, que a autarquia pode se valer para poder equilibrar toda essa questão?

**PRESIDENTE DA GUARUJÁ**

**PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA:** Nós temos as contribuições previdenciárias, a receita de compensação previdenciária, nós temos inclusive um projeto né, é uma minuta de Projeto de Lei. Por que a partir de 2022 foi viabilizado, que é de fazer empréstimo consignado como forma de investimento pro servidor, essa pauta está para amanhã pro Conselho de Administração apreciar, uma minuta que nós apresentamos, pra depois a gente encaminhar para prefeitura. Porque, hoje o servidor, a maioria, tem empréstimo consignado com instituições bancárias pagando os juros do mercado. Se nós conseguimos viabilizar pelo, pelo RPPS então o servidor ele vai poder fazer, em vez dele pegar o valor lá no banco, ele pega no RPPS, e aí ele vai pagar uma taxa menor e esse valor vai garantir o equilíbrio financeiro e atuarial também. A gente vai ter um limite de 5% só do do nosso patrimônio, que a gente vai poder emprestar, então hoje seria de 1 bilhão seria 50 milhões, é isso? Só que no primeiro momento nós só conseguimos visualizar empréstimos para aposentados e pensionistas, pra gente conseguir fazer a viabilização pro servidor efetivo, depende da do CAPAG né. Uma nota que o município precisa viabilizar, mas a gente primeiro pensar em fazer essas tratativas com a Administração, Governo e Câmara. Viabilizou aí a gente vai fazer os estudos de implantação e etc. pra implantar. Tem outras receitas na Lei 179 de 2015 que eu não vou lembrar todas agora, mas por exemplo se houvesse destinação de imóveis, também seria patrimônio, mas hoje o que mais a gente vai ver é o valor da contribuição previdenciária mesmo.

**VEREADOR ANDERSON**

**FIGUEIRA LOPES:** Tá bom, muito obrigado.

**SECRETÁRIO GERAL THIAGO**

**ARAÚJO CHAVES DE ABREU**: Mais alguém gostaria de fazer alguma pergunta? Doutor Igor? Vereador? Sendo assim é importante, só gostaria de destacar que a audiência pública é um dever dos órgãos apresentarem e um direito do cidadão de participar. Acho que o momento que a sociedade civil tem ali o direito de participar das decisões do planejamento, e fazendo essa ressalva, exatamente meio dia e trinta e um, eu declaro encerrada a audiência pública da Secretaria de Finanças e orçamento. Muito obrigado a todos pela presença até a próxima.

Guarujá, 27 de fevereiro de 2023

Thiago Araújo Chaves de Abreu

Secretário Geral

Câmara de Vereadores

Francisco Jose Rocha

Secretário Municipal de Finanças

Edler Antônio da Silva

Diretor Presidente

Guarujá Previdência

# **ANEXOS**



PREFEITURA DE  
**Guarujá**

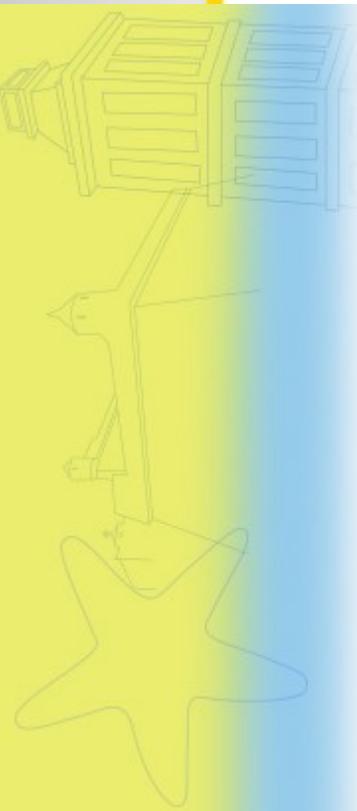
*Trabalhando por nossa gente!*

# **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais Conf. Art. 9º § 4º LC 101/2000 3º Quadrimestre 2022**



PREFEITURA DE  
**Guarujá**

*Trabalhando por nossa gente!*



# RECEITA



- A Receita Total no 3º Quadrimestre de 2021 atingiu o montante de **R\$ 1.788.376.488,89.**
- A Receita Total no 3º Quadrimestre de 2022 atingiu o montante de **R\$ 1.913.584.416,95.**
- Avaliando o período acima, constata-se o incremento da receita arrecadada na ordem de **R\$ 125.207.928,06 motivado principalmente nas Receitas Tributárias.**
- **Portanto representando uma variação positiva na ordem de 7%, conforme segue:**

Receita Arrecadada até 12/2021	Receita Arrecadada até 12/2022	Incremento de:	%
R\$ 1.788.376.488,89	R\$ 1.913.584.416,95	R\$ 125.207.928,06	7,00



PREFEITURA DE  
**Guarujá**

*Trabalhando por nossa gente!*

# Quadros Comparativos das Receitas



RECEITA TOTAL			
	2021		2022 x 2021 (c/a)
	Arrecadada no 3º quadrimestre (c)		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>1.736.088.529,85</b>	<b>1.921.880.125,92</b>	<b>10,70%</b>
11- Receita Tributária	987.332.623,27	1.071.402.935,43	8,51%
12- Receita de Contribuições	19.881.635,29	21.767.443,33	9,49%
13- Receita Patrimonial	7.813.471,19	28.877.526,73	269,59%
16- Receita de Serviços	359.161,14	511.903,40	42,53%
17- Transferências Correntes	676.245.519,42	762.317.399,71	12,73%
19- Outras Receitas Correntes	44.456.119,54	37.002.917,32	-16,77%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>119.092.032,30</b>	<b>69.439.323,33</b>	<b>-41,69%</b>
21 Operações de Crédito	79.875.693,54	32.429.930,10	-59,40%
22- Alienação de Bens	132.250,00	209.400,00	0,00%
24- Transferências de Capital	37.407.715,44	35.387.876,92	-5,40%
29- Outras Receitas de Capital	1.676.373,32	1.412.116,31	-15,76%
<b>9 - Deduções da Receita</b>	<b>66.804.073,26</b>	<b>77.735.032,30</b>	<b>16,36%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.788.376.488,89</b>	<b>1.913.584.416,95</b>	<b>7,00%</b>



	2021		2022		2º quadrimestre 2022x2021 (c/a)
	Arrecadada no 2º quadrimestre (c)		Arrecadada no 3º quadrimestre (c)		
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>987.332.623,27</b>		<b>1.071.402.935,43</b>		<b>8,51%</b>
111.0.00- Impostos	914.440.946,68		983.928.116,52		7,60%
111.2.02- IPTU	526.650.324,55		541.951.194,76		2,91%
111.2.08- ITBI	98.148.218,66		76.288.676,36		-22,27%
111.3.00- ISSQN	211.245.807,65		268.912.328,93		27,30%
111.2.04- IRRF	78.396.595,82		96.775.916,47		23,44%
<b>112.0.00- Taxas</b>	<b>72.443.548,74</b>		<b>87.184.530,16</b>		<b>20,35%</b>
<b>113.0.00- Contribuição Melhoria</b>	<b>448.127,85</b>		<b>290.288,75</b>		<b>-35,22%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>987.332.623,27</b>		<b>1.071.402.935,43</b>		<b>8,51%</b>



# Comparando com o ano anterior

- 2021 - até o 3º Quadrimestre – R\$ 987.332.623,27
- 2022 - até o 3º Quadrimestre – R\$ 1.071.402.935,43

O valor arrecadado das **RECEITAS TRIBUTÁRIAS** até o 3º quadrimestre de 2022 representou **aumento de 8,52%** do valor arrecadado no mesmo período no ano anterior.



<b>Receitas Tributárias</b>	<b>984.156.308,61</b>	<b>1.068.164.434,47</b>	<b>8,54%</b>
Impostos	911.283.491,34	980.721.011,17	<b>0,08</b>
IPTU	523.718.023,42	538.826.891,30	<b>0,03</b>
ITBI	98.101.907,99	76.252.157,12	<b>(0,22)</b>
ISSQN	211.066.964,11	268.866.046,28	<b>0,27</b>
IRRF	78.396.595,82	96.775.916,47	<b>0,23</b>
Outras receitas (taxas + CM)	72.872.817,27	87.443.423,30	<b>0,20</b>
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>82.082.811,41</b>	<b>83.287.744,77</b>	<b>0,01</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>19.389.591,50</b>	<b>162.315.547,60</b>	<b>7,37</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>359.161,14</b>	<b>511.903,40</b>	<b>0,43</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>676.245.519,42</b>	<b>762.317.399,71</b>	<b>0,13</b>
Cota-Parte do FPM	95.299.458,57	119.821.017,35	<b>0,26</b>
Cota-Parte do ICMS	188.309.918,90	211.780.430,99	<b>0,12</b>
Cota-Parte do IPVA	39.402.885,89	48.025.206,77	<b>0,22</b>
Cota-Parte do ITR	32.618,21	52.583,57	<b>0,61</b>
Transf. Da LC 87/1996	-	-	
Transf. Da LC 61/1989	1.409.167,13	1.274.608,16	<b>(0,10)</b>
Transf. Do FUNDEB	190.847.413,84	214.118.099,91	<b>0,12</b>
Outras Transferências Correntes	160.944.056,88	167.245.452,96	<b>0,04</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>44.269.965,70</b>	<b>40.340.966,72</b>	<b>(0,09)</b>
<b>DEDUÇÕES ( II )</b>	<b>137.214.700,11</b>	<b>277.220.938,33</b>	<b>1,02</b>
Contr. para o Plano de Prev.	73.777.296,43	61.508.471,02	<b>(0,17)</b>
Compensação Financ. Entre Regime de Previd.	-	3.321.405,27	-
Rend. de Aplicações Recursos Previdenciários	-	133.438.020,87	-
Dedução de Rec. p/Form. Fundeb	63.437.403,68	74.479.791,57	<b>0,17</b>
Venc. Agente Comunitário de Saúde e dos Agentes de combate as endemias (EC 120/2022)	-	4.473.249,60	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.669.288.657,67</b>	<b>1.839.717.058,34</b>	<b>10,21%</b>
Emendas da uniao	14.562,69	1.241.045,76	<b>84,22</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA</b>	<b>1.669.274.094,98</b>	<b>1.838.476.012,58</b>	<b>10,14%</b>



PREFEITURA DE  
**Guarujá**

*Trabalhando por nossa gente!*

# DESPESA PREFEITURA



Grupo de Despesas	Orçamento Fixado Anual (a)	Orçamento Atualizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.550.081.000,00</b>	<b>1.711.072.546,18</b>	<b>1.646.875.589,93</b>	<b>1.603.568.223,07</b>	<b>1.547.074.486,06</b>
Pessoal e Encargos	695.534.000,00	694.131.270,41	688.247.870,24	688.246.383,07	687.684.032,92
Juros e Enc. Da Dívida	23.365.000,00	38.230.185,42	38.230.185,41	38.230.185,41	38.230.185,41
Outras Despesas Correntes	831.182.000,00	978.711.090,35	920.397.534,28	877.091.654,59	821.160.267,73
<b>Despesas de Capital</b>	<b>222.837.000,00</b>	<b>316.018.295,16</b>	<b>98.225.278,09</b>	<b>90.192.415,88</b>	<b>76.443.605,30</b>
Investimentos	193.622.000,00	282.681.579,18	64.888.562,11	56.855.699,90	43.106.889,40
Amortização da Dívida	29.215.000,00	33.336.715,98	33.336.715,98	33.336.715,98	33.336.715,90
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>2.070.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesa Intra Orçamentaria</b>	<b>78.562.000,00</b>	<b>74.567.556,24</b>	<b>73.708.107,99</b>	<b>73.708.107,99</b>	<b>61.397.626,82</b>
<b>Total</b>	<b>1.853.550.000,00</b>	<b>2.101.658.397,58</b>	<b>1.818.808.976,01</b>	<b>1.767.468.746,94</b>	<b>1.684.915.718,18</b>



PREFEITURA DE  
**Guarujá**

*Trabalhando por nossa gente!*

**DESPESA**

<b>% EMPENHADO – 3º. QUADRIMESTRE DE 2022</b>			
<b>Grupo de Despesas</b>	<b>Orçamento Atualizado (A)</b>	<b>Despesa Empenhada (B)</b>	<b>% EMPENHADO (B/A)</b>
Despesas Correntes	1.711.072.546,18	1.646.875.589,93	96,25%
Despesas de Capital	316.018.295,16	98.225.278,09	31,08%
Despesa Intra Orçam.	74.567.556,24	73.708.107,99	98,85%
<b>TOTAL</b>	<b>2.101.658.397,58</b>	<b>1.818.808.976,01</b>	<b>86,54%</b>



% LIQUIDADO – 3º. QUADRIMESTRE DE 2022			
Grupo de Despesas	Orçamento Atualizado (A)	Despesa Liquidado (B)	% LIQUIDADO (B/A)
Despesas Correntes	1.711.072.546,18	1.603.567.223,07	93,72%
Despesas de Capital	316.018.295,16	90.192.415,88	28,54%
Despesa Intra Orçam.	74.567.556,24	73.708.107,99	98,85%
<b>TOTAL</b>	<b>2.101.658.397,58</b>	<b>1.767.467.746,94</b>	<b>84,10%</b>



# Comparando com o ano anterior 3º. Quadrimestre

COMPARATIVO COM O ANO ANTERIOR – 3º. QUADRIMESTRE			
DESPESA	2021	2022	%
			2022/2021
EMPENHADA	1.719.865.903,23	1.818.808.976,01	5,75%
LIQUIDADADA	1.632.300.254,10	1.767.468.746,94	8,28%
PAGA	1.559.766.108,98	1.684.915.718,18	8,02%



## **DESPESA COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E GUARUJA PREVIDENCIA)**

- As **despesas totais com pessoal** nos últimos 12 meses, encerrados em dezembro de 2022, totalizou em **R\$ 763.631.547,77**.
- A **Receita Corrente Líquida (RCL)** apurada no mesmo período atingiu o montante de **R\$ 1.838.476.012,58**
- As despesas de Pessoal no período em relação à RCL representou o comprometimento de 41,53% , portanto, dentro do estabelecido no artigo 20 Inc. III – da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 54% para o poder executivo.
- Obs.: Ao final do 3º. **Quadrimestre de 2021** o comprometimento apurado foi de 39,36%.



PREFEITURA DE  
**Guarujá**

*Trabalhando por nossa gente!*

# ANÁLISE COMPARATIVA RECEITA X DESPESAS



PREFEITURA DE  
**Guarujá**

*Trabalhando por nossa gente!*

RESULTADOS

- Receita Arrecadada R\$ 1.913.584.416,95
- Despesa Empenhada R\$ 1.818.808.976,01
- Despesa Liquidada R\$ 1.767.468.746,94
- Despesa Paga R\$ 1.684.915.718,18



- **Resultado Primário:(1)**

No encerramento do 3º quadrimestre de 2022, o Resultado Primário apurado foi de **R\$ 91.939.462,47** conforme demonstrativo abaixo:

<b>Receita Primaria Líquida</b>	<b>1.917.354.933,05</b>
<b>Despesa Primaria Líquida</b>	<b>(-) 1.825.415.470,58</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>91.939.462,47</b>

(1) Através desse resultado verifica-se o impacto da política fiscal em execução.



**Receitas Primárias (I)** – Correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

**Despesas Primárias (II)** – Correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

**Resultado Primário (III) = (I – II)** – Indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

**A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.**



Descrição	Valores	
	2021	2022
I - Receitas Primárias Correntes	1.723.872.720,13	1.880.345.539,82
II - Receitas Primárias de Capital	39.216.338,76	37.009.393,23
<b>III - Receitas Primárias Líquidas (I+II)</b>	<b>1.763.089.058,89</b>	<b>1.917.354.933,05</b>
IV - Despesas Primárias Correntes	1.491.450.499,71	1.724.888.968,63
V - Despesas Primárias de Capital	165.760.020,61	100.526.501,95
<b>VI - Despesas Primária Líquidas (IV+V)</b>	<b>1.657.210.520,32</b>	<b>1.825.415.470,58</b>
RESULTADO PRIMÁRIO (III-VI) acima da linha	105.878.538,57	91.939.462,47



	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>977.440.473,27</b>	<b>937.947.828,49</b>
Ativo Disponível	225.741.992,88	251.614.557,67
Haveres Financeiros	9.213.395,80	10.842.845,86
(-) Restos a Pagar Processados	108.985.407,21	88.356.592,08
(-) Dispositos restituíveis e Valores Vinculados		45.285.972,22
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>125.969.981,47</b>	<b>128.814.839,23</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>851.470.491,80</b>	<b>809.132.989,26</b>
<b>RESULTADO NOMINAL Abaixo da linha</b>		<b>42.337.502,54</b>
(-) VARIAÇÃO DO SALDO DO RPP		20.628.815,13
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DÍVIDA CONSOLIDADA		129.463.122,49
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO</b>		<b>151.171.809,90</b>



<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>		
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>
Dívida Contratual (Bco Brasil)	14.988.091,41	14.402.639,30
Financiamentos	188.679.769,22	196.461.926,03
Precatórios	637.772.612,08	592.245.366,54
Previdência Social	132.067.416,97	129.463.122,49
Outras Dívidas	3.932.583,59	5.374.774,13
<b>Sub Total</b>	<b>977.440.473,27</b>	<b>937.947.828,49</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>977.440.473,27</b>	<b>937.947.828,49</b>
Ativo Disponível	225.741.992,88	251.614.557,67
Haveres Financeiros	9.213.395,80	10.842.845,86
(-) Restos a Pagar Processados	(108.985.407,21)	(88.356.592,08)
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	(45.285.972,22)
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>125.969.981,47</b>	<b>128.814.839,23</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>851.470.491,80</b>	<b>809.132.989,26</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>1.669.274.094,98</b>	<b>1.838.476.012,58</b>
<b>% DA DÍVIDA CONSOLIDADA SOBRE A RCL</b>	58,55%	51,02%
<b>% DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA SOBRE A RCL</b>	51,01%	44,01%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL (120%)</b>	<b>2.003.128.913,98</b>	<b>2.206.171.215,10</b>
<b>LIMIITE DE ALERTA 90%</b>	<b>1.802.816.022,58</b>	<b>1.985.554.093,59</b>



PREFEITURA DE  
**Guarujá**

*Trabalhando por nossa gente!*

**Prefeito Municipal de Guarujá**

**Válter Suman**

**Secretaria Municipal de Finanças**

**Francisco José Rocha**

**Marco Antonio de Mello**

**Guarujá Previdência**

**Edler Antonio da Silva**

**Lucielma Ferreira Feitosa**

**Prefeitura Municipal de Guarujá**

**Estado de São Paulo – Av. Santos Dumont, 800**

**CEP: 11432-440 – Fone/Fax: 13 3308-7000**

**[www.guaruja.sp.gov.br](http://www.guaruja.sp.gov.br)**

# GUARUJÁ PREVIDÊNCIA

Avaliação do Cumprimento

das

Metas Fiscais

Conf. Art. 9º § 4º LC

101/2000

3º QUADRIMESTRE 2022



# RECEITAS

**RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**

<b>ESPECIFICAÇÃO / MÊS</b>	<b>RECEITA REALIZADA 3º QUADRIMESTRE 2021</b>	<b>RECEITA REALIZADA 3º QUADRIMESTRE 2021</b>	<b>PREVISTA 2022</b>	<b>PREVISTO PARA O 3º QUADRIMESTRE 2022</b>
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>R\$ 73.796.318,44</b>	<b>R\$ 198.313.111,48</b>	<b>R\$ 72.710.000,00</b>	<b>R\$ 48.473.333,33</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	62.215.997,05	R\$ 61.520.301,44	R\$ 63.673.000,00	R\$ 63.673.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.576.120,31	R\$ 133.438.020,87	R\$ 9.000.000,00	R\$ 9.000.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.201,08	R\$ 3.354.789,17	R\$ 37.000,00	R\$ 37.000,00
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 72.010.452,36</b>	<b>R\$ 69.245.162,37</b>	<b>R\$ 81.413.000,00</b>	<b>R\$ 54.275.333,33</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	72.010.452,36	R\$ 69.245.162,37	R\$ 81.413.000,00	R\$ 81.413.000,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>R\$ 145.806.770,80</b>	<b>R\$ 267.558.273,85</b>	<b>R\$ 154.123.000,00</b>	<b>R\$ 102.748.666,67</b>



# CONTRIBUIÇÃO POR ENTE PATRONAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**

SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
ADMITIDOS ATE 31/12/00	32.278.048,34	33.701.294,44	65.979.342,78
ADMITIDOS APÓS 01/01/01	26.554.134,67	27.240.711,57	53.794.846,24
<b>TOTAL (D)</b>	<b>58.832.183,01</b>	<b>60.942.006,01</b>	<b>119.774.189,02</b>

**GUARUJÁ PREVIDENCIA**

SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
ADMITIDOS ATE 31/12/00	27.440,28	29.890,29	57.330,57
ADMITIDOS APÓS 01/01/01	192.164,94	209.324,83	401.489,77
<b>TOTAL (D)</b>	<b>219.605,22</b>	<b>239.215,12</b>	<b>458.820,34</b>



**CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**

SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
ADMITIDOS ATE 31/12/00	1.129.458,53	1.228.553,46	2.358.011,99
ADMITIDOS APÓS 01/01/01	235.931,74	256.433,51	492.365,25
<b>TOTAL (D)</b>	<b>1.365.390,27</b>	<b>1.484.986,97</b>	<b>2.850.377,24</b>

**SERVIDORES CEDIDOS E LICENÇA SEM VENCIMENTOS**

SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
ADMITIDOS APÓS 01/01/01	10.860,63	11.830,42	942,44
<b>TOTAL (D)</b>	<b>10.860,63</b>	<b>11.830,42</b>	<b>942,44</b>



**INATIVOS E PENSIONISTAS**

SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTR. SERVIDOR	CONTR. PATRONAL	TOTAL
INATIVOS LEI 1212 - PMG	216.735,66	-	216.735,66
INATIVOS ATÉ 31/12/00 - CÂMARA	173.180,58	-	173.180,58
INATIVOS ATÉ 31/12/00	284.504,51	-	284.504,51
INATIVOS APÓS 01/01/01	3.840,19	-	3.840,19
PENSIONISTAS LEI 1212	250.944,05	-	250.944,05
PENSIONISTAS ATÉ 31/12/00	114.537,83		
PENSIONISTAS APÓS 01/01/01	20.012,72	-	20.012,72
<b>TOTAL (D)</b>	<b>1.063.755,54</b>	<b>-</b>	<b>949.217,71</b>

TOTAL	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
	61.503.625,09	62.678.038,52	124.033.546,75



# DESPESAS



<b>DESPESA TOTAL</b>			
<b>GRUPO DE DESPESA</b>	<b>DESPESA EMPENHADA ATÉ 3º QUADRIMESTRE 2020</b>	<b>DESPESA EMPENHADA ATÉ 3º QUADRIMESTRE 2021</b>	<b>DESPESA EMPENHADA ATÉ 3º QUADRIMESTRE 2022</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>31.539.461,38</b>	<b>39.782.739,56</b>	<b>55.376.540,77</b>
Pessoal e Encargos	29.836.782,39	37.987.130,32	51.063.390,63
Outras Despesas Correntes	1.702.678,99	1.795.609,24	4.313.150,14
<b>Despesas de Capital</b>	<b>24.033,80</b>	<b>182.918,50</b>	<b>81.198,50</b>
Investimentos	<b>24.033,80</b>	<b>182.918,50</b>	81.198,50
<b>TOTAL</b>	<b>31.563.495,18</b>	<b>39.965.658,06</b>	<b>55.457.739,27</b>



DESPESA TOTAL					
GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO FIXADO ANUAL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
Despesas Correntes	53.543.000,00	64.293.000,00	55.376.540,77	55.251.796,28	55.251.796,28
Pessoal e Encargos	51.711.000,00	57.831.000,00	51.063.390,63	51.058.389,60	51.058.389,60
Outras Despesas Correntes	1.832.000,00	6.462.000,00	4.313.150,14	4.193.406,68	4.193.406,68
<b>Despesas de Capital</b>	<b>105.000,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>81.198,50</b>	<b>74.398,50</b>	<b>74.398,50</b>
Investimentos	105.000,00	105.000,00	81.198,50	74.398,50	74.398,50
Reserva Cont. RPPS	113.675.000,00	105.875.000,00	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>167.323.000,00</b>	<b>170.273.000,00</b>	<b>55.457.739,27</b>	<b>55.326.194,78</b>	<b>55.326.194,78</b>



# DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS



DESPESA TOTAL						
GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO FIXADO ANUAL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA	
Despesas Correntes	49.321.000,00	57.121.000,00	49.772.881,17	49.772.881,17	49.772.881,17	
Pessoal e Encargos	49.100.000,00	55.100.000,00	48.441.765,61	48.441.765,61	48.441.765,61	
INATIVOS	35.000.000,00	40.003.714,39	35.195.528,74	35.195.528,74	35.195.528,74	
PENSIONISTAS	14.000.000,00	14.981.172,95	13.131.124,21	13.131.124,21	13.131.124,21	
SENTENÇAS JUDICIAIS	100.000,00	115.112,66	115.112,66	115.112,66	115.112,66	
Outras Despesas Correntes	221.000,00	2.021.000,00	1.331.115,56	1.331.115,56	1.331.115,56	
<b>TOTAL</b>	<b>49.321.000,00</b>	<b>57.121.000,00</b>	<b>49.772.881,17</b>	<b>49.772.881,17</b>	<b>49.772.881,17</b>	

**DESPESAS INATIVOS / PENSIONISTAS E BENEFÍCIOS**

Economica	Fte	Orçametro Inicial	Orçamento Atualizado	Despesas Empenhadas	Liquidado	Despesas Pagas
3.1.90.01.00 - Inativos Lei 1212	1	7.000.000,00	7.000.000,00	5.906.891,06	5.906.891,06	5.906.891,06
3.1.90.01.00 - Inativos Câmara	4	300.000,00	322.478,33	322.478,33	322.478,33	322.478,33
3.1.90.01.00 - Inativos RPPS Financ.	4	22.700.000,00	27.681.236,06	26.149.755,03	26.149.755,03	26.149.755,03
3.1.90.01.00 - Inativos RPPS Prev.	4	5.000.000,00	5.000.000,00	2.816.404,32	2.816.404,32	2.816.404,32
3.1.90.03.00 - Pensões Lei 1212	1	6.000.000,00	6.000.000,00	5.043.797,42	5.043.797,42	5.043.797,42
3.1.90.03.00 - Pensões RPPS Financ.	4	5.000.000,00	5.875.000,00	5.638.951,43	5.638.951,43	5.638.951,43
3.1.90.03.00 - Pensões RPPS Prev.	4	3.000.000,00	3.000.000,00	2.342.202,41	2.342.202,41	2.342.202,41
3.1.90.03.00 - Pensões Câmara Financ.	4	-	106.172,95	106.172,95	106.172,95	106.172,95
3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	4	100.000,00	115.112,66	115.112,66	115.112,66	115.112,66
3.3.90.46.00 - Inativos Comp. Lei 1212	1	100.000,00	100.000,00	-	-	-
3.3.90.46.00 - Inativos Comprev Financ.	4	20.000,00	10.799,99	-	-	-
3.3.90.46.00 - Inativos Comprev Prev.	4	1.000,00	999,99	-	-	-
3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	4	-	1.800.000,02	1.321.948,15	1.321.948,15	1.321.948,15
3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições Lei 1212	1	100.000,00	100.000,00	-	-	-
3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições Lei 1212	4	-	9.200,00	9.167,41	9.167,41	9.167,41
<b>TOTAL</b>		<b>49.321.000,00</b>	<b>57.121.000,00</b>	<b>49.772.881,17</b>	<b>49.772.881,17</b>	<b>49.772.881,17</b>
<b>FONTE 01 - RECURSOS PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ</b>	<b>1</b>	<b>13.200.000,00</b>	<b>13.200.000,00</b>	<b>10.950.688,48</b>	<b>10.950.688,48</b>	<b>10.950.688,48</b>
<b>FONTE 04 - RECURSOS GUARUJÁ PREVIDENCIA</b>	<b>4</b>	<b>36.121.000,00</b>	<b>44.011.800,00</b>	<b>38.813.025,28</b>	<b>38.813.025,28</b>	<b>38.813.025,28</b>



<b>TIPOS DE APOSENTADORIAS</b>	
<b>PLANO FINANCEIRO</b>	
Compulsória	5
Invalidez	22
Voluntária por idade	102
Especial Agente Nocivos	1
Voluntária por idade e tempo de contribuição	170
Voluntária por idade e tempo de contribuição - Especial Magistério	120
<b>TOTAL</b>	<b>420</b>
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	
Invalidez	8
Especial Agente Nocivos	6
Voluntária por idade	10
Voluntária por idade e tempo de contribuição	31
Voluntária por idade e tempo de contribuição - Especial Magistério	16
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>
<b>TOTAL GERAL DAS APOSENTADORIAS</b>	<b>491</b>



# DESPESAS ADMINISTRATIVAS



DESPESA TOTAL					
GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO FIXADO ANUAL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
Despesas Correntes	4.222.000,00	7.172.000,00	5.603.659,60	5.478.915,11	5.478.915,11
Pessoal e Encargos	2.611.000,00	2.731.000,00	2.621.625,02	2.616.623,99	2.616.623,99
Outras Despesas Correntes	1.611.000,00	4.441.000,00	2.982.034,58	2.862.291,12	2.862.291,12
<b>Despesas de Capital</b>	<b>105.000,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>81.198,50</b>	<b>74.398,50</b>	<b>74.398,50</b>
Investimentos	105.000,00	105.000,00	81.198,50	74.398,50	74.398,50
<b>TOTAL</b>	<b>4.327.000,00</b>	<b>7.277.000,00</b>	<b>5.684.858,10</b>	<b>5.553.313,61</b>	<b>5.553.313,61</b>



# INVESTIMENTOS



**ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA**

Política de Investimentos							Pró-Gestão Nível 3	
Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Mínimo	Objetivo	Máximo	Limite Legal	
<b>Renda Fixa</b>								
Artigo 7º, inc. I, alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	R\$ 349.731.489,72	35,38	0	44,75	80	100	
Artigo 7º, inc. I, alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	R\$ 164.045.012,37	16,6	5	12,22	50	100	
Artigo 7º, inc. III, alínea a	Fundos Renda Fixa	R\$ 226.294.156,14	22,89	5	12,69	50	75	
Artigo 7º, inc. V, alínea b	FI RF - Crédito Privado	R\$ 5.160.528,53	0,52	0	2	5	15	
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>R\$ 745.231.186,76</b>	<b>75,39</b>		----		100	
<b>Renda Variável</b>								
Artigo 8º, inc. I	Fundos de Ações	R\$ 148.102.653,95	14,98	5	11,12	20	45	
<b>Total Renda Variável</b>		<b>R\$ 148.102.653,95</b>	<b>14,98</b>		----		45	
<b>Investimentos no Exterior</b>								
Artigo 9º, inc. II	Fundos de Investimento no Exterior	R\$ 38.668.252,58	3,91	0	4,97	10	10	
<b>Total Investimentos no Exterior</b>		<b>R\$ 38.668.252,58</b>	<b>3,91</b>		----		10	
<b>Investimentos Estruturados</b>								
Artigo 10º, inc. I	Fundos Multimercados	R\$ 51.005.625,02	5,16	0	7,72	10	15	
Artigo 10º, inc. II	Fundo de Participação	R\$ 4.503.371,53	0,46	0	0,5	2	10	
<b>Total Investimentos Estruturados</b>		<b>R\$ 55.508.996,55</b>	<b>5,62</b>		----		20	
<b>Fundos Imobiliários</b>								
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	R\$ 945.000,00	0,1	0	0,08	1	15	
<b>Total Fundos Imobiliários</b>		<b>R\$ 945.000,00</b>	<b>0,1</b>		----		15	
<b>Total Carteira</b>		<b>R\$ 988.456.089,84</b>			----			

## Meta Atuarial e Retorno

O Demonstrativo abaixo tem como objetivo apresentar o percentual de atingimento da Meta Atuarial. A meta atuarial anual é de IPCA + 4,92% e a mensal é de IPCA + 0,4010% (arredondado). O resultado do Retorno em percentual é obtido ao se dividir o Retorno Ajustado em Reais pelo Saldo Anterior (inicial).

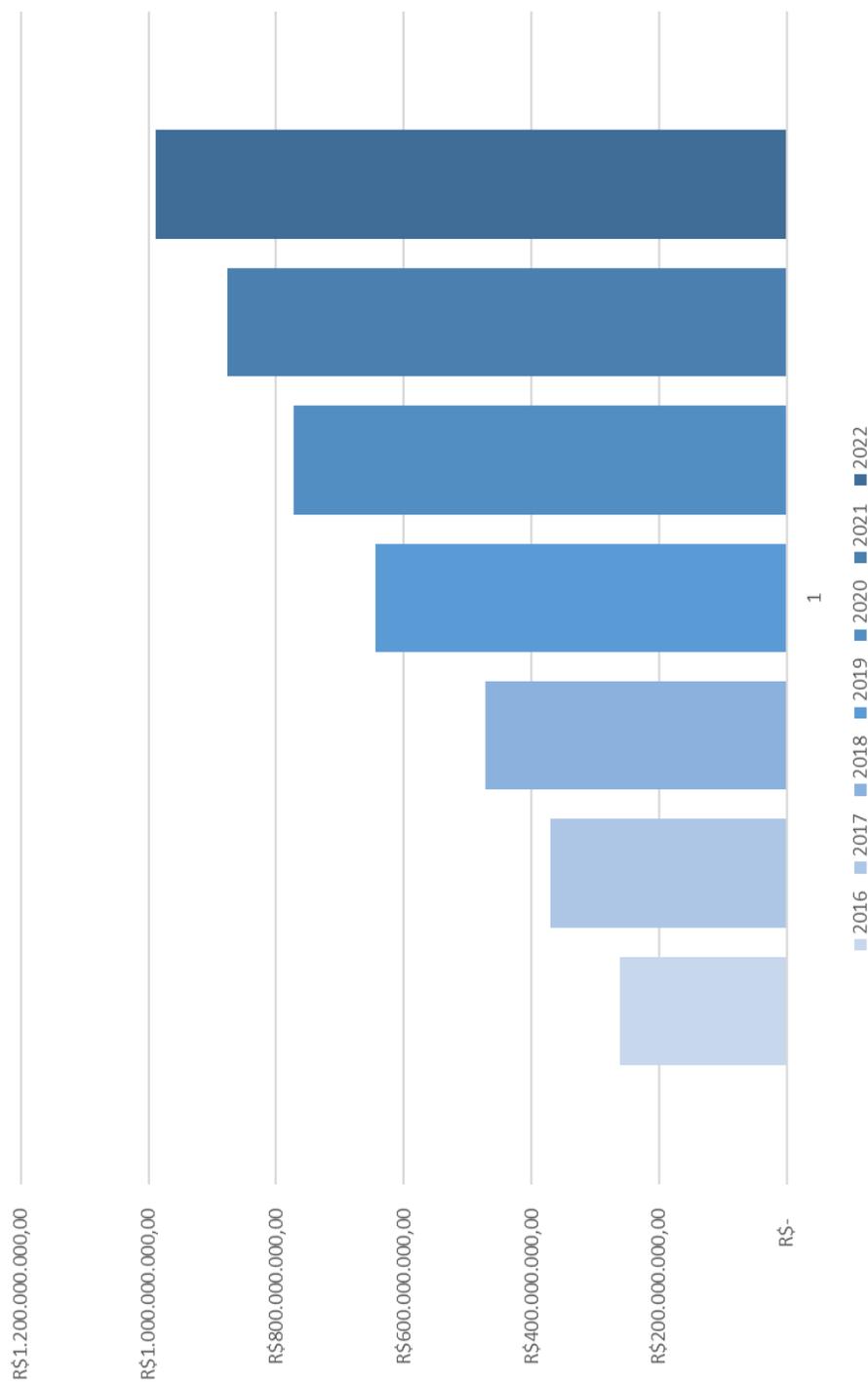
O IPCA de 2022 foi de 5,79%. O IPCA somado ao rendimento de juros real estipulado resultou numa meta estimada de 10,97%.

MÊS	SALDO ANTERIOR (R\$)	APLICAÇÕES (R\$)	RESGATES (R\$)	AMORTIZAÇÃO (R\$)	JUROS (R\$)	RETORNO (R\$)	SALDO NO MÊS	RETORNO (%)	META (%)
JANEIRO	875.501.350,93	19.991.781,89	8.963.212,66	-	8.250,00	- 9.768.897,70	876.761.022,46	-1,13	0,94
FEVEREIRO	876.761.022,46	15.160.850,26	7.910.943,63	-	352.305,95	- 4.024.703,50	879.633.919,64	-0,44	1,38
MARÇO	879.633.919,64	70.624.998,53	63.240.165,19	-	7.650,00	22.017.854,31	909.036.607,29	2,46	2,05
ABRIL	909.036.607,29	46.311.381,65	39.246.919,68	-	7.650,00	- 15.821.058,35	900.280.010,91	-1,72	1,47
MAIO	900.280.010,91	178.215.600,77	170.647.992,70	-	7.950,00	4.218.450,33	912.066.069,31	0,48	0,89
JUNHO	912.066.069,31	105.020.783,47	98.986.965,53	-	8.250,00	- 16.993.180,10	901.106.707,15	-1,85	1,07
JULHO	901.106.707,15	540.449.428,05	532.758.947,53	-	9.600,00	15.200.490,42	923.997.678,09	1,7	-0,28
AGOSTO	923.997.678,09	267.420.574,96	253.389.028,73	506.676,53	6.275.974,24	10.851.691,56	946.413.070,78	1,5	0,08
SETEMBRO	946.413.070,77	35.833.536,28	28.034.740,22	-	8.250,00	1.096.686,73	955.308.553,56	0,12	0,11
OUTUBRO	955.308.553,56	57.103.198,52	48.707.225,44	361.247,95	8.250,00	21.723.572,58	985.066.851,27	2,21	0,97
NOVEMBRO	985.066.851,27	23.338.649,18	13.478.391,17	-	5.615.517,59	- 19.942.132,15	974.984.977,13	-1,41	0,79
DEZEMBRO	974.984.977,13	48.788.917,30	36.425.594,56	243.955,13	8.250,00	1.351.745,10	988.456.089,84	0,16	1,04
<b>TOTAL RETORNO</b>								<b>10,97%</b>	<b>10,97%</b>





### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO	
2016	R\$ 261.108.868,73
2017	R\$ 370.364.777,04
2018	R\$ 472.313.219,54
2019	R\$ 644.555.183,68
2020	R\$ 772.963.474,33
2021	R\$ 875.501.350,93
2022	R\$ 988.456.089,84

Edler Antonio da Silva  
Diretor Presidente

Lucielma Ferreira Feitosa  
Gerente de Planejamento, Orçamento  
Contabilidade e Finanças

Maria José Lima Rodrigues  
Gerente de Administração

Alexandre Santos de Brito  
Gerente de Previdência

Guarujá Previdência  
Av. Adhemar de Barros, 230 Cj 03  
Tel.: (13) 3343.9050

[www.guarujaprevidencia.sp.gov.br](http://www.guarujaprevidencia.sp.gov.br)



GUARUJÁPREV



Guaruja  
Inauguração das Letras  
"EU GUARUJÁ"  
União São Paulo



**GUARUJÁPREV**

- 📍 Av. Adhemar de Barros, 230 – Santo Antônio • Guarujá/SP – CEP 11430-000
- 📞 (13) 3343-9050
- 📘 guarujaprevencia
- 📷 guarujaprev
- 🌐 [www.guarujaprevencia.sp.gov.br](http://www.guarujaprevencia.sp.gov.br)
- ✉ [atendimento@guarujaprevencia.sp.gov.br](mailto:atendimento@guarujaprevencia.sp.gov.br)